

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	17
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	62
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	64
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	65

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.109.396
Preferenciais	0
Total	2.109.396
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	10.191.927	9.187.184
1.01	Ativo Circulante	2.088.984	1.464.639
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.500.008	676.633
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.500.008	676.633
1.01.02	Aplicações Financeiras	132.658	442.325
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	132.658	442.325
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	132.658	442.325
1.01.03	Contas a Receber	5.612	7.268
1.01.03.01	Clientes	5.612	7.268
1.01.06	Tributos a Recuperar	124.193	109.414
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	124.193	109.414
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.347	3.888
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	3.347	3.888
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	323.166	225.111
1.01.08.03	Outros	323.166	225.111
1.01.08.03.01	Outros Créditos	3.001	8.256
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	116.330	40.051
1.01.08.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	203.835	176.804
1.02	Ativo Não Circulante	8.102.943	7.722.545
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	302.353	302.260
1.02.01.07	Tributos Diferidos	301.110	301.110
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	301.110	301.110
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.243	1.150
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	1.243	1.150
1.02.02	Investimentos	7.636.714	7.259.496
1.02.02.01	Participações Societárias	7.636.714	7.259.496
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.268.945	6.887.839
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	367.769	371.657
1.02.03	Imobilizado	53.950	55.090
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	53.950	55.090
1.02.04	Intangível	109.926	105.699
1.02.04.01	Intangíveis	109.926	105.699

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	10.191.927	9.187.184
2.01	Passivo Circulante	549.815	708.628
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	43.341	55.560
2.01.01.01	Obrigações Sociais	43.341	55.560
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	43.341	55.560
2.01.02	Fornecedores	12.025	23.492
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.025	23.492
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	12.025	23.492
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.140	4.625
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.140	4.625
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	5.140	4.625
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	441.979	370.096
2.01.04.02	Debêntures	441.979	370.096
2.01.04.02.01	Debêntures	441.979	370.096
2.01.05	Outras Obrigações	47.330	254.855
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.348	3.349
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	3.344	2.854
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4	495
2.01.05.02	Outros	43.982	251.506
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	5.467	3.325
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	144	144
2.01.05.02.10	Dividendos a pagar	29.705	238.766
2.01.05.02.11	Passivo de arrendamento	8.666	9.271
2.02	Passivo Não Circulante	5.963.961	4.863.290
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.933.313	4.831.586
2.02.01.02	Debêntures	5.933.313	4.831.586
2.02.01.02.01	Debêntures	5.933.313	4.831.586
2.02.02	Outras Obrigações	24.371	25.486
2.02.02.02	Outros	24.371	25.486
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	16.170	16.193
2.02.02.02.06	Acordo de leniência	898	898
2.02.02.02.11	Passivo de arrendamento	7.303	8.395
2.02.04	Provisões	6.277	6.218
2.02.04.02	Outras Provisões	6.277	6.218
2.02.04.02.06	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	6.277	6.218
2.03	Patrimônio Líquido	3.678.151	3.615.266
2.03.01	Capital Social Realizado	2.109.396	2.109.396
2.03.01.01	Subscrito	2.109.396	2.109.396
2.03.02	Reservas de Capital	14.333	14.333
2.03.02.07	Alienação participação dos acionistas não controladores	8.777	8.777
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	5.556	5.556
2.03.04	Reservas de Lucros	1.491.537	1.491.537
2.03.04.01	Reserva Legal	278.940	278.940
2.03.04.10	Orçamento de capital	1.212.597	1.212.597
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	62.885	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	122.782	102.569
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-72.969	-62.662
3.03	Resultado Bruto	49.813	39.907
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	274.757	331.414
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.464	-17.196
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.219	-3.520
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidadas	669	238
3.04.05.02	Amortização de ágio de investimentos	-3.888	-3.758
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	294.440	352.130
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	324.570	371.321
3.06	Resultado Financeiro	-170.746	-110.938
3.06.01	Receitas Financeiras	30.189	44.449
3.06.02	Despesas Financeiras	-200.935	-155.387
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	153.824	260.383
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	153.824	260.383
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	153.824	260.383
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,07292	0,12344

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	153.824	260.383
4.03	Resultado Abrangente do Período	153.824	260.383

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-33.620	54.893
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	71.251	73.064
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	153.824	260.383
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	12.150	8.201
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures e arrendamentos	195.676	151.160
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	71	1.239
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	0	121
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-12	-2
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição participação	0	258
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-294.440	-352.130
6.01.01.17	Amortização de ágio em investimentos	3.888	3.758
6.01.01.18	Juros ativos/passivos - mútuo/debêntures privada	94	76
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-104.871	-18.171
6.01.02.01	Clientes	1.656	4.000
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-14.779	12.425
6.01.02.03	Despesas antecipadas	541	1.274
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-81	-80
6.01.02.05	Outros créditos	5.255	-9.545
6.01.02.06	Fornecedores	-11.467	-4.432
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-12.219	-671
6.01.02.08	Partes relacionadas	-76.360	-20.214
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	515	-1.254
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-12	0
6.01.02.13	Outras contas a pagar	2.080	326
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	181.848	23.638
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-1.535	-3.903
6.02.02	Aquisição de intangível	-12.626	-12.704
6.02.03	Aplicações financeiras	309.667	-1.664
6.02.05	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	127.065	139.409
6.02.06	Investimento em controladas - aportes de capital	-240.723	-97.500
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	675.147	-389.682
6.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-300.000	-314.000
6.03.02	Pagamento de arrendamentos	-2.773	-2.035
6.03.03	Juros pagos sobre debêntures e arrendamentos	-68.823	-70.385
6.03.04	Captação/custos de debêntures	1.046.757	29
6.03.06	Partes relacionadas - mútuos	-14	-12
6.03.08	Aquisição de participação - acionistas não controladores - Eco101	0	-3.279
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	823.375	-311.151
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	676.633	1.443.350
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.500.008	1.132.199

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.109.396	14.333	1.491.537	0	0	3.615.266
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.109.396	14.333	1.491.537	0	0	3.615.266
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-90.939	0	0	-90.939
5.04.06	Dividendos	0	0	-90.939	0	0	-90.939
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	153.824	0	153.824
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	153.824	0	153.824
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.109.396	14.333	1.400.598	153.824	0	3.678.151

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.109.396	14.333	1.083.760	0	0	3.207.489
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.109.396	14.333	1.083.760	0	0	3.207.489
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-312.000	0	0	-312.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-312.000	0	0	-312.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	260.383	0	260.383
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	260.383	0	260.383
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.109.396	14.333	771.760	260.383	0	3.155.872

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	137.105	114.253
7.01.02	Outras Receitas	137.105	114.253
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.493	-17.339
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-12.289	-12.874
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.204	-4.465
7.03	Valor Adicionado Bruto	118.612	96.914
7.04	Retenções	-16.038	-11.959
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.150	-8.201
7.04.02	Outras	-3.888	-3.758
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-3.888	-3.758
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	102.574	84.955
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	325.298	396.817
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	294.440	352.130
7.06.02	Receitas Financeiras	30.189	44.449
7.06.03	Outros	669	238
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	669	238
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	427.872	481.772
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	427.872	481.772
7.08.01	Pessoal	57.936	53.520
7.08.01.01	Remuneração Direta	48.217	45.414
7.08.01.02	Benefícios	7.023	5.906
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.696	2.200
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.323	11.684
7.08.02.01	Federais	11.084	9.069
7.08.02.03	Municipais	3.239	2.615
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	201.789	156.185
7.08.03.01	Juros	136.190	133.734
7.08.03.02	Aluguéis	854	798
7.08.03.03	Outras	64.745	21.653
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	153.824	260.383
7.08.04.02	Dividendos	90.939	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	62.885	260.383

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	31.694.906	28.552.573
1.01	Ativo Circulante	4.672.295	4.503.740
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.235.022	2.244.959
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	3.235.022	2.244.959
1.01.02	Aplicações Financeiras	511.436	1.473.179
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	511.436	1.473.179
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	94.722	123.390
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	416.714	1.349.789
1.01.03	Contas a Receber	504.254	442.775
1.01.03.01	Clientes	504.254	442.775
1.01.06	Tributos a Recuperar	176.066	144.735
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	176.066	144.735
1.01.07	Despesas Antecipadas	32.396	14.259
1.01.07.01	Despesas antecipadas	32.396	14.259
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	213.121	183.833
1.01.08.03	Outros	213.121	183.833
1.01.08.03.01	Outros créditos	213.076	183.799
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	45	34
1.02	Ativo Não Circulante	27.022.611	24.048.833
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.229.157	2.193.338
1.02.01.07	Tributos Diferidos	357.140	350.682
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	357.140	350.682
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.872.017	1.842.656
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	82.367	81.453
1.02.01.10.04	Outros créditos	61.995	80.916
1.02.01.10.05	Aplicações financeiras - conta reserva	176.287	168.760
1.02.01.10.09	Outros créditos - conta reserva - poder concedente	1.551.368	1.511.527
1.02.03	Imobilizado	616.338	555.101
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	616.338	555.101
1.02.04	Intangível	24.177.116	21.300.394
1.02.04.01	Intangíveis	24.177.116	21.300.394

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	31.694.906	28.552.573
2.01	Passivo Circulante	4.876.381	6.626.593
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	85.014	104.792
2.01.01.01	Obrigações Sociais	85.014	104.792
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	85.014	104.792
2.01.02	Fornecedores	238.195	338.790
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	238.195	338.790
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	225.879	330.161
2.01.02.01.02	Fornecedores - Risco Sacado	0	2.412
2.01.02.01.03	Fornecedores FIDC	12.316	6.217
2.01.03	Obrigações Fiscais	240.469	218.496
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	240.469	218.496
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	154.772	129.362
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	85.697	89.134
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.537.120	5.158.707
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	162.276	154.266
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	162.276	154.266
2.01.04.02	Debêntures	3.374.844	5.004.441
2.01.04.02.01	Debêntures	3.374.844	5.004.441
2.01.05	Outras Obrigações	602.427	675.686
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	117.109	161.996
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	117.109	161.996
2.01.05.02	Outros	485.318	513.690
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	48.046	26.376
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	261.223	109.292
2.01.05.02.08	Acordo de leniência	12.478	12.176
2.01.05.02.09	Acordo de não persecução cível - ANPC	21.705	22.717
2.01.05.02.10	Dividendos a pagar	31.927	240.988
2.01.05.02.11	Passivo de arrendamento	109.939	102.141
2.01.06	Provisões	173.156	130.122
2.01.06.02	Outras Provisões	173.156	130.122
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	133.316	129.874
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	39.840	248
2.02	Passivo Não Circulante	22.887.163	18.047.528
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	19.196.433	14.284.617
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.922.573	2.929.973
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.922.573	2.929.973
2.02.01.02	Debêntures	16.273.860	11.354.644
2.02.01.02.01	Debêntures	16.273.860	11.354.644
2.02.02	Outras Obrigações	3.197.348	3.151.284
2.02.02.02	Outros	3.197.348	3.151.284
2.02.02.02.03	Obrigações com poder concedente	2.718.590	2.661.554
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	262.661	250.883
2.02.02.02.06	Acordo de leniência	898	898
2.02.02.02.07	Acordo de não percecusão cível - ANPC	87.366	107.592

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.02.02.11	Passivo de arrendamento	127.833	130.357
2.02.03	Tributos Diferidos	142.022	133.667
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	142.022	133.667
2.02.04	Provisões	351.360	477.960
2.02.04.02	Outras Provisões	351.360	477.960
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	194.929	199.507
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras futuras	66.234	65.446
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	90.197	213.007
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.931.362	3.878.452
2.03.01	Capital Social Realizado	2.109.396	2.109.396
2.03.01.01	Subscrito	2.109.396	2.109.396
2.03.02	Reservas de Capital	14.333	14.333
2.03.02.07	Alienação participação dos acionistas não controladores	8.777	8.777
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	5.556	5.556
2.03.04	Reservas de Lucros	1.491.537	1.491.537
2.03.04.01	Reserva Legal	278.940	278.940
2.03.04.10	Orçamento de capital	1.212.597	1.212.597
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	62.885	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	253.211	263.186

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.318.151	2.038.116
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.346.924	-1.136.012
3.03	Resultado Bruto	971.227	902.104
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-55.400	-58.388
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-56.237	-58.637
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	837	249
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	837	249
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	915.827	843.716
3.06	Resultado Financeiro	-609.495	-385.082
3.06.01	Receitas Financeiras	126.757	121.892
3.06.02	Despesas Financeiras	-736.252	-506.974
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	306.332	458.634
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-162.483	-192.061
3.08.01	Corrente	-160.586	-170.863
3.08.02	Diferido	-1.897	-21.198
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	143.849	266.573
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	143.849	266.573
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	153.824	260.383
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-9.975	6.190
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,07292	0,12344

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	143.849	266.573
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	143.849	266.573
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	153.824	260.383
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-9.975	6.190

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	909.151	732.470
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.386.198	1.243.222
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	143.849	266.573
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	298.977	208.860
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	33.416	18.059
6.01.01.05	Capitalização de juros	-99.525	-117.910
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamen	755.962	560.844
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	12.887	16.817
6.01.01.08	Provisão e atualização monetária para manutenção e construção de obras	28.873	33.145
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-534	2.143
6.01.01.10	Obrigações e variação monetária com poder concedente	73.954	62.081
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-893	-697
6.01.01.12	Tributos diferidos	1.897	21.198
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	160.586	170.863
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-8.310	-5.757
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição de participação	0	258
6.01.01.17	Atualização monetária e provisão outras contas a pagar	497	1.447
6.01.01.19	Provisão e atual. monetária: acordo leniência/ex-executivos colaboradores/não persecução cível-ANPC	4.394	5.298
6.01.01.20	Provisão direito reequilíbrio Ecosul	-19.832	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-477.047	-510.752
6.01.02.01	Clientes	-60.945	-23.188
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-31.331	11.798
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-18.137	-11.735
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-21	-831
6.01.02.05	Outros créditos	-9.766	-19.889
6.01.02.06	Fornecedores, FIDC e risco sacado	-100.595	-136.121
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-19.778	9.558
6.01.02.08	Partes relacionadas	-44.898	-57.620
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-3.437	-13.639
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	-4.683	-16.256
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras	-28.591	-47.110
6.01.02.12	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-26.557	-30.101
6.01.02.13	Outras contas a pagar	32.198	13.661
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-135.176	-165.106
6.01.02.15	Pagamento acordo de leniência / ex-executivos colaboradores/ acordo de não persecusão cível - ANPC	-25.330	-24.173
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.117.600	-733.187
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-30.605	-38.621
6.02.02	Aquisição de intangível	-3.049.521	-598.604
6.02.03	Aplicações financeiras	933.075	-129.801

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	29.451	33.839
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.198.512	934.299
6.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-300.000	-314.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-1.775.582	-41.093
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-443.905	-263.274
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	4.727.121	1.582.134
6.03.05	Pagamento de obrigações com poder concedente	-9.122	-26.189
6.03.08	Aquisição de participação - acionistas não controladores - Eco101	0	-3.279
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	990.063	933.582
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.244.959	3.342.789
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.235.022	4.276.371

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.109.396	14.333	1.491.537	0	0	3.615.266	263.186	3.878.452
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.109.396	14.333	1.491.537	0	0	3.615.266	263.186	3.878.452
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-90.939	0	0	-90.939	0	-90.939
5.04.06	Dividendos	0	0	-90.939	0	0	-90.939	0	-90.939
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	153.824	0	153.824	-9.975	143.849
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	153.824	0	153.824	-9.975	143.849
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.109.396	14.333	1.400.598	153.824	0	3.678.151	253.211	3.931.362

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.109.396	14.333	1.083.760	0	0	3.207.489	248.274	3.455.763
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.109.396	14.333	1.083.760	0	0	3.207.489	248.274	3.455.763
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-312.000	0	0	-312.000	0	-312.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-312.000	0	0	-312.000	0	-312.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	260.383	0	260.383	6.190	266.573
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	260.383	0	260.383	6.190	266.573
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.109.396	14.333	771.760	260.383	0	3.155.872	254.464	3.410.336

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	2.478.860	2.183.617
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.690.101	1.549.582
7.01.02	Outras Receitas	31.489	28.988
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	757.270	605.047
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-986.372	-856.487
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-958.036	-828.577
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.758	-27.077
7.02.04	Outros	-578	-833
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.492.488	1.327.130
7.04	Retenções	-298.977	-208.860
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-298.977	-208.860
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.193.511	1.118.270
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	127.594	122.141
7.06.02	Receitas Financeiras	126.757	121.892
7.06.03	Outros	837	249
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	837	249
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.321.105	1.240.411
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.321.105	1.240.411
7.08.01	Pessoal	114.805	125.809
7.08.01.01	Remuneração Direta	83.868	98.126
7.08.01.02	Benefícios	24.841	21.815
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.096	5.868
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	322.614	336.729
7.08.02.01	Federais	235.903	258.223
7.08.02.03	Municipais	86.711	78.506
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	739.837	511.300
7.08.03.01	Juros	382.415	300.679
7.08.03.02	Aluguéis	3.585	4.326
7.08.03.03	Outras	353.837	206.295
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	143.849	266.573
7.08.04.02	Dividendos	90.939	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	62.885	260.383
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-9.975	6.190

Comentário do Desempenho

Ecorodovias Concessões anuncia os resultados do 1T25

São Bernardo do Campo – SP, 08 de maio de 2025 – A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025 (1T25). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2024 (1T24).

*Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos.

Companhia

A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. é a empresa do Grupo EcoRodovias que, além de prestar serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação e de engenharia às empresas do Grupo, é a acionista direta das concessionárias de rodovias: Ecovias Imigrantes, Ecovias Leste Paulista, Ecovias Sul, Ecovias 101, Ecovias Ponte, Ecovias Norte Minas, Ecovias Cerrado, Ecovias Rio Minas, Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello, e indireta da Ecovias Minas Goiás através da Argovias Participações e Ecovias Araguaia através da Holding do Araguaia.

Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País.

Destaques operacionais e financeiros

- ✓ O volume de tráfego atingiu 159.260 mil veículos equivalentes pagantes no 1T25 (+7,0%).
- ✓ A receita líquida atingiu R\$2.318,2 milhões no 1T25 (13,7%). A receita líquida ajustada, excluindo a receita de construção, totalizou R\$1.560,9 milhões no 1T25 (+8,9%).
- ✓ O EBITDA ajustado² totalizou R\$1.235,9 milhões no 1T25 (+14,6%) e a margem EBITDA ajustada², 79,2%.

Destaques (em milhões de R\$)	1T25	1T24	Var.
Volume de tráfego ¹	159.260	148.891	7,0%
Tarifa Média	10,50	10,39	1,0%
Receita líquida	2.318,2	2.038,1	13,7%
EBITDA Ajustado ²	1.235,9	1.078,5	14,6%
Margem EBITDA Ajustada ²	79,2%	75,3%	3,9 p.p.
Capex	3.208,2	802,2	n.m.

1) Em milhares de veículos equivalentes pagantes.
2) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

Comentário do Desempenho

Análise do resultado

Volume de tráfego

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	1T25	1T24	Var.
Pesados			
Ecovias Imigrantes	8.610	8.218	4,8%
Ecovias Leste Paulista	10.158	8.329	22,0%
Ecovias Sul	4.957	4.592	8,0%
Ecovias 101	10.848	10.417	4,1%
Ecovias Ponte	1.055	1.052	0,4%
Ecovias Norte Minas	9.027	7.812	15,5%
Ecovias Minas Goiás	11.009	10.019	9,9%
Ecovias Cerrado	6.987	6.888	1,4%
Ecovias Rio Minas	12.245	11.502	6,5%
Ecovias Araguaia	9.802	9.569	2,4%
Subtotal Comparável ¹	84.698	78.398	8,0%
Ecovias Noroeste Paulista ²	10.305	9.121	13,0%
Ecovias Raposo Castello ³	205	-	n.m.
TOTAL CONSOLIDADO	95.208	87.519	8,8%
Leves			
Ecovias Imigrantes	9.860	9.724	1,4%
Ecovias Leste Paulista	17.903	16.809	6,5%
Ecovias Sul	2.157	2.097	2,9%
Ecovias 101	5.407	5.106	5,9%
Ecovias Ponte	6.046	5.850	3,4%
Ecovias Norte Minas	2.102	2.109	-0,3%
Ecovias Minas Goiás	3.912	3.935	-0,6%
Ecovias Cerrado	2.073	2.090	-0,8%
Ecovias Rio Minas	6.812	6.626	2,8%
Ecovias Araguaia	2.276	2.335	-2,5%
Subtotal Comparável ¹	58.548	56.680	3,3%
Ecovias Noroeste Paulista ²	5.081	4.692	8,3%
Ecovias Raposo Castello ³	423	-	n.m.
TOTAL CONSOLIDADO	64.051	61.372	4,4%
Pesados + Leves			
Ecovias Imigrantes	18.471	17.942	2,9%
Ecovias Leste Paulista	28.061	25.138	11,6%
Ecovias Sul	7.113	6.689	6,3%
Ecovias 101	16.255	15.523	4,7%
Ecovias Ponte	7.101	6.902	2,9%
Ecovias Norte Minas	11.129	9.921	12,2%
Ecovias Minas Goiás	14.920	13.954	6,9%
Ecovias Cerrado	9.060	8.978	0,9%
Ecovias Rio Minas	19.057	18.128	5,1%
Ecovias Araguaia	12.079	11.904	1,5%
Subtotal Comparável ¹	143.246	135.078	6,0%
Ecovias Noroeste Paulista ²	15.386	13.813	11,4%
Ecovias Raposo Castello ³	628	-	n.m.
TOTAL CONSOLIDADO	159.260	148.891	7,0%

1) Desconsidera a cobrança de pedágio na Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello.

2) Considera o início da arrecadação de pedágio em sete praças a partir de 01/05/2023 e em três praças a partir de 04/03/2025.

3) Considera o início da arrecadação de pedágio em três praças a partir de 30/03/2025.

Comentário do Desempenho

O tráfego consolidado apresentou aumento de 7,0% no 1T25 devido, principalmente, ao início da arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista, parcialmente, por meio de três praças de pedágio, no trecho anteriormente administrado pela TEBE, a partir de 04 de março/25 e Ecovias Raposo Castello, parcialmente, por meio de três praças, a partir de 30 de março/25. **O tráfego comparável apresentou crescimento de 6,0% no 1T25**, desconsiderando o início da arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello.

O tráfego consolidado mensal, no 1T25, apresentou aumento de 5,1% em janeiro, 5,2% em fevereiro e 10,5% em março e o tráfego comparável, crescimento de 5,2% em janeiro, 5,5% em fevereiro e 7,4% em março.

Abaixo, as principais justificativas das variações entre os trimestres:

Veículos Pesados: o tráfego consolidado apresentou crescimento de 8,8% no 1T25 e o tráfego comparável, 8,0%. No 1T25, o crescimento do tráfego na **Ecovias Imigrantes, Ecovias Sul, Ecovias Minas Goiás e Ecovias Cerrado** deve-se ao aumento das exportações de soja; **Ecovias Leste Paulista**: aumento da produção industrial e incremento da movimentação no Porto de São Sebastião; **Ecovias 101**: ciclo de celulose da região; **Ecovias Norte Minas e Ecovias do Araguaia**: indução de veículos em razão da ampliação da capacidade das rodovias por meio da entrega das duplicações e vias marginais; **Ecoponte**: aumento da movimentação de veículos comerciais; **Ecovias Rio Minas**: indução de veículos em razão das obras iniciais (melhorias no pavimento e sinalização) e **Ecovias Noroeste Paulista**: aumento na produção de arroz, milho e soja.

Veículos Leves: o tráfego consolidado apresentou crescimento de 4,4% no 1T25 e o tráfego comparável, 3,3%. No 1T25, o crescimento do tráfego comparável deve-se, principalmente, às condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados.

Tarifa média

TARIFA MÉDIA (em R\$ / veículos equivalentes pagantes)	1T25	1T24	Var.
Ecovias Imigrantes	23,21	22,65	2,5%
Ecovias Leste Paulista	5,24	5,04	3,8%
Ecovias Sul ¹	20,54	20,52	0,1%
Ecovias 101	3,80	3,80	0,0%
Ecovias Ponte	6,20	6,20	0,0%
Ecovias Norte Minas	9,60	9,20	4,4%
Ecovias Minas Goiás	6,66	6,65	0,0%
Ecovias Cerrado	5,90	5,70	3,6%
Ecovias Rio Minas	13,51	13,25	1,9%
Ecovias Araguaia	11,05	10,65	3,8%
Subtotal Comparável²	10,32	10,18	1,4%
Ecovias Noroeste Paulista	12,45	12,53	-0,6%
Ecovias Raposo Castello	4,44	-	n.m.
RECEITA BRUTA	10,50	10,39	1,0%

Nota: o cálculo da tarifa média consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária sem considerar as sobras de arrecadação.² Desconsidera o valor correspondente a 10% da receita bruta destinado à constituição dos recursos vinculados.

¹Desconsidera a contabilização da provisão de receita em função do atraso do reajuste das tarifas de pedágio previsto para janeiro/25 (R\$19,8 milhões).

²Desconsidera a Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello.

Comentário do Desempenho

A tarifa média consolidada apresentou aumento de 1,0% no 1T25 e a tarifa média comparável, 1,4%, desconsiderando o início da arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello.

Receita bruta

Receita Bruta (em milhões de R\$)	1T25	1T24	Var.
Receita de Pedágio	1.690,1	1.549,6	9,1%
Ecovias Imigrantes	428,8	406,8	5,4%
Ecovias Leste Paulista	147,0	126,8	15,9%
Ecovias Sul	166,0	137,5	20,7%
Ecovias 101	62,0	59,2	4,6%
Ecovias Ponte	44,2	42,8	3,1%
Ecovias Norte Minas	106,9	91,3	17,0%
Ecovias Minas Goiás	96,2	93,0	3,4%
Ecovias Cerrado	53,5	51,2	4,4%
Ecovias Rio Minas	257,5	240,8	6,9%
Ecovias Araguaia	133,6	126,9	5,2%
Ecovias Noroeste Paulista	191,8	173,1	10,8%
Ecovias Raposo Castello	2,8	-	n.m.
Receita Acessória e Serviços	31,5	29,0	8,6%
Receita de Construção	757,3	605,0	25,2%
RECEITA BRUTA	2.478,9	2.183,6	13,5%
RECEITA BRUTA AJUSTADA¹	1.721,6	1.578,6	9,1%

¹ Exclui Receita de Construção.

Receita de Pedágio: R\$1.690,1 milhões no 1T25 (+9,1%) devido ao crescimento do tráfego de veículos, reajustes das tarifas de pedágio e início da arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello. A receita de pedágio comparável, desconsiderando a arrecadação de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello, apresentou aumento de 8,6% no 1T25 devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

No 1T25, a arrecadação de pedágio por meio eletrônico (AVI) totalizou **78,9%** do total da receita de pedágio (70,3% no 1T24), **por autoatendimento e meios digitais** (cartões de débito/crédito e carteiras digitais), **11,3%** (10,0% no 1T24), dinheiro, 9,7% (14,3% no 1T24) e por vale-pedágio/outros, 0,1% (5,4% no 1T24).

Receita Acessória e Serviços: R\$31,5 milhões no 1T25 (+8,6%) devido ao incremento de contratos de fibra ótica.

Receita de Construção: aumento devido ao incremento do volume de obras.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas operacionais

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	1T25	1T24	Var.
Pessoal	114,8	125,8	-8,7%
Conservação e manutenção	61,5	74,4	-17,3%
Serviços de terceiros	75,2	71,7	4,9%
Seguros, poder concedente e locações	38,7	40,0	-3,5%
Outros	35,6	43,0	-17,1%
Custos caixa	325,8	354,9	-8,2%
Custos caixa ajustado¹	291,9	317,2	-8,0%
Depreciação e amortização	299,0	208,9	43,1%
Provisão para manutenção	21,1	25,9	-18,4%
Custo de construção de obras	757,3	605,0	25,2%
TOTAL	1.403,2	1.194,6	17,5%

1) Exclui custos e despesas da Ecovias Noroeste Paulista, Ecovias Raposo Castello, CECM Concessões e RDC Concessões.

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$1.403,2 milhões no 1T25 (+17,5%). Os custos caixa, desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, atingiram R\$325,8 milhões no 1T25 (-8,2%).

Os custos caixa ajustado, desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Raposo Castello, totalizaram R\$291,9 milhões no 1T25 (-8,0%), devido à redução em Conservação e Manutenção, em função da readequação dos contratos de prestação de serviços e locação de equipamentos, proporcionando ganhos de eficiência na gestão dos contratos, além do ciclo de serviços nas rodovias, impactado pelo maior volume de chuvas no período e Outros, em razão da diminuição de provisões para contingências cíveis e trabalhistas.

EBITDA

O EBITDA ajustado³, excluindo a provisão para manutenção, totalizou R\$1.235,9 milhões no 1T25, aumento de 14,6%, com margem EBITDA ajustada³ de 79,2%.

EBITDA (em milhões de R\$)	1T25	1T24	Var.
Lucro líquido do período	143,8	266,6	-46,0%
Depreciação e amortização	299,0	208,9	43,1%
Resultado Financeiro	609,5	385,1	58,3%
Imposto de renda e contribuição social	162,5	192,1	-15,4%
EBITDA¹	1.214,8	1.052,6	15,4%
Provisão para manutenção ²	21,1	25,9	-18,4%
EBITDA Ajustado³	1.235,9	1.078,5	14,6%
Margem EBITDA Ajustada³	79,2%	75,3%	3,9 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022.

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

³ Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Comentário do Desempenho

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido no 1T25 foi negativo em R\$609,5 milhões, um aumento de 58,3%, devido, principalmente, aos juros e à variação monetária sobre debêntures, impactados pelas novas emissões ocorridas no período e aumento do IPCA e CDI.

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	1T25	1T24	Var.
Juros sobre debêntures	(420,0)	(368,0)	14,1%
Variação monetária sobre debêntures	(227,0)	(115,2)	97,1%
Juros sobre financiamentos	(55,5)	(46,0)	20,6%
Juros sobre arrendamentos	(6,4)	(6,2)	3,7%
Variação monetária sobre direito de outorga	(9,1)	(7,4)	23,0%
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(4,1)	(5,0)	-18,7%
Receitas de aplicações financeiras	121,1	119,0	1,7%
Ajuste a valor presente	(28,4)	(14,5)	96,0%
Juros capitalizados	99,5	117,9	-15,6%
Outros efeitos financeiros	(79,6)	(59,7)	33,5%
TOTAL	(609,5)	(385,1)	58,3%

Endividamento

A Ecorodovias Concessões e Serviços encerrou março de 2025 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva de curto e longo prazo no montante de R\$3.922,7 milhões. O endividamento bruto (composto por empréstimos e financiamentos e debêntures) atingiu R\$22.733,6 milhões. A dívida líquida encerrou o período em R\$18.810,8 milhões e o indicador Dívida Líquida/EBITDA ajustado, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, de 3,9x. Para mais informações sobre o endividamento, vide Notas Explicativas nº 15 e 16 das Informações Trimestrais (ITR) da Companhia.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/03/2025	31/12/2024	Var.
Curto Prazo	3.537,1	5.158,7	-31,4%
Debêntures	3.374,8	5.004,4	-32,6%
Empréstimos e financiamentos	162,3	154,3	5,2%
Longo Prazo	19.196,4	14.284,6	34,4%
Debêntures	16.273,9	11.354,6	43,3%
Empréstimos e financiamentos	2.922,6	2.930,0	-0,3%
Dívida Bruta	22.733,6	19.443,3	16,9%
Caixa e equivalentes de caixa / Aplic. financeiras / Aplic. conta reserva	3.922,7	3.886,9	0,9%
Dívida Líquida¹	18.810,8	15.556,4	20,9%

Comentário do Desempenho

Capex

No 1T25, o capex realizado totalizou R\$3.208,2 milhões. Os investimentos foram direcionados, principalmente, ao pagamento da outorga ao Poder Concedente pela Ecovias Raposo Castello no valor de R\$2.268,2 milhões, bem como para pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistemas de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e infraestrutura.

CAPEX (em milhões de R\$)	1T25		
	Intangível / Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecovias Imigrantes	57,4	1,6	59,0
Ecovias Leste Paulista	37,9	1,7	39,5
Ecovias Sul	13,7	8,1	21,8
Ecovias 101	59,7	7,8	67,4
Ecovias Ponte	8,3	0,5	8,8
Ecovias Norte Minas	112,3	2,9	115,2
Ecovias Minas Goiás	44,2	5,5	49,6
Ecovias Cerrado	83,6	0,6	84,2
Ecovias Rio Minas	192,0	-	192,0
Holding do Araguaia	10,0	-	10,0
Ecovias Araguaia	42,4	-	42,4
Ecovias Noroeste Paulista	192,3	-	192,3
Ecovias Raposo Castello	2.319,9	-	2.319,9
Ecorodovias Concessões e Serviços	14,2	-	14,2
Eliminações	(8,0)	-	(8,0)
TOTAL CONSOLIDADO	3.179,7	28,6	3.208,2

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia” ou “ECS”) tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas, agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O portfólio atual da ECS inclui doze concessões rodoviárias distribuídas em oito estados, localizadas nos principais corredores comerciais das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5, Bairro Jardim Represa, no município de São Bernardo do Campo – SP. As ações da Companhia, de titularidade da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., não são negociadas em Bolsa de Valores. A controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, é a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria “B”, na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumarizadas na Nota 11.

1.1 Principais eventos ocorridos no trimestre findo em 31 de março de 2025

Reposicionamento estratégico de marca

Em março de 2025, a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, controladora da Companhia, comunicou ao Mercado, o lançamento do reposicionamento estratégico de sua marca, guiado pelo propósito de “viabilizar caminhos nunca antes imaginados”, que reúne todas as concessionárias sobre um mesmo nome: **Ecovias**.

Os nomes das concessionárias de rodovias foram atualizados, conforme tabela abaixo:

Nome antigo	Novo nome ¹
Ecovias dos Imigrantes	Ecovias Imigrantes
Ecopistas	Ecovias Leste Paulista
Ecosul	Ecovias Sul
Eco101	Ecovias 101
Ecoponte	Ecovias Ponte
Eco135	Ecovias Norte Minas
Eco050	Ecovias Minas Goiás
Ecovias do Cerrado	Ecovias Cerrado
Ecovias do Araguaia	Ecovias Araguaia
EcoRioMinas	Ecovias Rio Minas
EcoNoroeste	Ecovias Noroeste Paulista
	Ecovias Raposo Castello

¹ Novos nomes fantasia, sem alteração nas razões sociais

Reequilíbrio econômico-financeiro – Ecovias Norte Minas

Em 29 de janeiro de 2025, a controlada direta Ecovias Norte Minas e o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA (“Poder Concedente”), celebraram o Segundo Termo Aditivo (“2º Termo Aditivo”) ao Contrato de Concessão SETOP 004/2018 da BR-135 (“Contrato de Concessão”), com o objetivo de autorizar o reequilíbrio econômico-financeiro em razão do saldo de créditos e débitos dos pleitos apurados no âmbito da Primeira Revisão Ordinária, assim como o crédito previsto no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“1º Termo Aditivo”), celebrado em 29 de junho de 2022.

Notas Explicativas

A apuração do saldo de débitos e créditos do 2º Termo Aditivo determinou a revisão do período de desconto de pagamento da outorga de 30 parcelas – definidas anteriormente, quando da assinatura do 1º Termo Aditivo, referente à inclusão do Contorno de Montes Claros, para 11 parcelas, contados a partir de fevereiro de 2025.

Assunção trecho TEBE – Ecovias Noroeste Paulista

Em 04 de março de 2025, a partir da zero hora, a controlada direta Ecovias Noroeste Paulista, assumiu a operação e a gestão do trecho anteriormente operado pela concessionária TEBE, com 158,2 km de extensão e três praças de pedágio, cuja representatividade da receita da Concessionária é de cerca de 20%. Portanto, a Ecovias Noroeste Paulista passou a deter a arrecadação integral da receita de pedágio no contrato de concessão.

Emissões de dívidas

As principais emissões de dívida no trimestre findo em 31 de março de 2025, estão identificadas abaixo, sendo todas debêntures. Para mais informações ver Nota 16.

Companhia	Emissão	Série	Data emissão	Vencimento final	Taxa contratada	Valor Nominal
Ecovias Rio Minas	4 ^a	Única	15/01/2025	Set/2047	IPCA + 8,3939% a.a.	1.350.000
Ecovias Raposo Castello	1 ^a	Única	15/02/2025	Mar/2029	IPCA + 8,1773% a.a.	2.200.000
Ecovias Imigrantes	7 ^a	Única	25/02/2025	Fev/2032	CDI + 1,25% a.a.	1.400.000
Ecorodovias Concessões e Serviços (a)	15 ^a	Única	21/03/2025	Jan/2034	CDI + 1,25% a.a.	1.050.000

(a) Debênture privada, adquirida pela controlada Ecovias Imigrantes

Os principais pagamentos de dívida no trimestre findo em 31 de março de 2025, estão identificadas abaixo. Para mais informações ver Notas 15 e 16.

Companhia	Emissão	Série	Data emissão	Data da liquidação	Valor pago (princ. e juros)
Ecovias Imigrantes	5 ^a	Única	28/03/2023	10/03/2025	952.533
Ecovias Rio Minas	2 ^a	Única	11/09/2023	28/02/2025	481.446
Ecovias Rio Minas	3 ^a	Única	05/04/2024	28/02/2025	439.876

Assinatura de contrato e início da cobrança de pedágio - Ecovias Raposo Castello

Em 14 de março de 2025, foi assinado o Contrato de Concessão, entre a controlada direta Ecovias Raposo Castello e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI (“Poder Concedente”), tendo a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e o Departamento de Estrada de Rodagem – DER na qualidade de intervenientes-anuentes, para a exploração por 30 anos, a partir da data de assinatura do Termo de Transferência Inicial, do Sistema Rodoviário do Lote Nova Raposo, composto por trechos das rodovias SP-270/280/029 e trecho Cotia-Embu das Artes, com extensão total de 92 km, incluindo 41 km do sistema anteriormente administrado pela Concessionária CCR ViaOeste.

A operação e gestão do Sistema Rodoviário do Lote Nova Raposo, foi assumido pela controlada direta a partir da zero hora de 30 de março de 2025.

Processo Competitivo – Ecovias 101

Em 17 de março de 2025, a controlada direta Ecovias 101, a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“ANTT”), firmaram, com a interveniência do Tribunal de Contas da União – TCU (“TCU”), o Termo de Autocomposição decorrente da solução consensual para a resolução de controvérsias relativas ao Contrato de Concessão da BR-101/ES/BA.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia informa que a Diretoria Colegiada da ANTT aprovou e autorizou, em 17 de março de 2025, a publicação do Edital para a realização do processo competitivo, por meio de leilão e o critério de julgamento da melhor proposta pelo menor valor da tarifa de pedágio.

Após a conclusão do processo competitivo, será celebrado o Aditivo ao Contrato de Concessão com o vencedor do leilão, garantindo a continuidade da prestação dos serviços públicos na BR-101/ES/BA e assegurando o interesse e segurança dos usuários. Para mais informações ver Nota 19.3.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024”), publicadas no dia 19 de março de 2025 no jornal Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.gov.br/cvm, www.b3.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

2.1. Aprovação das Informações Trimestrais

Em 08 de maio de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas Informações Trimestrais.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A Administração da Companhia, avaliou as normas, alterações e interpretações existentes com a adoção inicial em 1º de janeiro de 2025, e concluiu que não tem impacto relevante sobre as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia.

4. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. No período findo em 31 de março de 2025, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras anuais.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	19	16	30.279	27.715
Equivalentes de caixa:				
Fundos de investimento (a)	593.043	676.353	1.862.900	2.063.942
Operações compromissadas (b)	-	-	46.917	18.879
Certificado de depósito bancário CDB (c)	906.700	-	1.270.477	97.505
Aplicações automáticas (d)	246	264	24.449	36.918
	<u>1.500.008</u>	<u>676.633</u>	<u>3.235.022</u>	<u>2.244.959</u>

(a) Em 31 de março de 2025 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 18,3% aplicações em Certificado de Depósito Bancário e 81,7% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2024 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 39,5% aplicações em Certificado de Depósito Bancário e 60,5% aplicações em Cotas de Fundo.

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 101,8% em 31 de março de 2025 (100,7% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 89,8% do CDI em 31 de março de 2025 (91,4% em 31 de dezembro de 2024), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF.

(c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 102,3% do CDI em 31 de março de 2025 (100,9% em 31 de dezembro de 2024), sem o risco de perda significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

(d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicações automáticas, nas quais os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência, podendo variar de 2% a 100% do CDI. A Companhia e suas controladas mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Cotas Fundo - BTG CDB I e CDB Plus (a)	126.925	434.047	398.705	1.324.527
Cotas fundo - FIDC_ECO (b)	5.733	8.278	18.009	25.262
	<u>132.658</u>	<u>442.325</u>	<u>416.714</u>	<u>1.349.789</u>

(a) Em 31 de março de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo com gestão do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB I e CDB PLUS). Este fundo aplica os recursos em papéis de renda fixa e em outras instituições financeiras e possui a mesma estratégia da política de investimentos do Grupo EcoRodovias. Os recursos são remunerados à taxa média ponderada de 101,8% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui liquidez diária.

(b) Em 31 de março de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo EcoRodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 101,8% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento.

Notas Explicativas

No Fundo de Direitos Creditórios (FIDC_ECO), os recursos são utilizados para financiar nossos fornecedores através da antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Fundo FIDC_ECO em troca do recebimento antecipado do título. O Fundo FIDC_ECO, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor na conta do Fundo FIDC_ECO. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Informações Trimestrais, no passivo circulante, com a nomenclatura “Fornecedores – FIDC” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 31 de março de 2025, o valor antecipado em favor dos fornecedores era de R\$12.316.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA – CONSOLIDADO

As aplicações financeiras – conta reserva, são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	31/03/2025	31/12/2024
Fundos de investimento	199.043	236.437
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	71.966	55.666
Conta corrente – Reserva	-	47
	<u>271.009</u>	<u>292.150</u>
Circulante	94.722	123.390
Não circulante	176.287	168.760

Em 31 de março de 2025, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

8. CLIENTES

A composição está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico	-	-	455.728	407.321
Receitas acessórias	212	214	17.903	16.391
Outras contas a receber	-	84	30.487	21.135
Venda de terrenos e fibra óptica	5.610	7.182	5.610	7.182
Desconto de Usuário Frequente (DUF)	-	-	3.246	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(210)	(212)	(8.720)	(9.254)
	<u>5.612</u>	<u>7.268</u>	<u>504.254</u>	<u>442.775</u>

Notas Explicativas

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
A vencer	5.612	7.266	502.886	442.591
Vencidos:				
Até 30 dias	-	1	818	556
De 31 a 90 dias	-	2	896	254
De 90 a 120 dias	-	1	213	974
Acima de 120 dias	210	210	8.161	7.654
	<u>5.822</u>	<u>7.480</u>	<u>512.974</u>	<u>452.029</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Saldo no início do período	(212)	(231)	(9.254)	(5.059)
Valores recuperados	2	16	1.089	338
Constituição de PECLD	-	(137)	(555)	(2.481)
Saldo no fim do período	<u>(210)</u>	<u>(352)</u>	<u>(8.720)</u>	<u>(7.202)</u>

9. OUTROS CRÉDITOS – PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO

	31/03/2025	31/12/2024
Ecovias Araguaia	1.531.388	1.474.470
Ecovias Rio Minas	15.915	33.981
Ecovias Noroeste Paulista	4.065	3.076
	<u>1.551.368</u>	<u>1.511.527</u>

Em 31 de março de 2025, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Cível	-	-	12.583	12.292
Tributário	-	-	5.646	5.588
Trabalhista	1.243	1.150	7.808	8.488
Desapropriações	-	-	29.062	28.705
Órgão regulador	-	-	27.268	26.380
	<u>1.243</u>	<u>1.150</u>	<u>82.367</u>	<u>81.453</u>

Notas Explicativas

11. INVESTIMENTOS

11.1. Controladora

	31/12/2024	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de capital	Amortização direito de concessão	Reclassificação passivo a descoberto	Equivalência patrimonial	31/03/2025
CECM Concessão S.A.	1.869	-	-	-	-	(160)	1.709
Ecovias Sul	72.598	(515)	-	-	-	37.558	109.641
Ecovias Imigrantes	405.720	(122.921)	-	-	-	134.845	417.644
RDC Concessões S.A.	471	-	-	-	39	(510)	-
Ecovias Leste Paulista	474.575	(6.232)	-	-	-	21.873	490.216
Ecovias 101	1.241.078	-	93.000	-	-	(12.584)	1.321.494
Ecovias Ponte	175.289	(1.009)	10.000	-	-	3.003	187.283
Ecovias Rio Minas	1.132.282	(16.850)	-	-	-	91.407	1.206.839
Ecovias Norte Minas	613.359	-	-	-	-	(10.650)	602.709
Holding do Araguaia S.A.	488.772	-	-	-	-	(18.525)	470.247
EIL 05 S.A.	17.415	-	2.000	-	-	69	19.484
Argovias Administração e Participações S.A.	1.149.059	-	-	-	-	4.644	1.153.703
Ecovias Cerrado	826.981	-	-	-	-	(1.824)	825.157
Ecovias Noroeste Paulista	334.240	(6.569)	-	-	-	50.962	378.633
Ecovias Raposo Castello	-	-	135.723	-	-	543	136.266
Ecovias Imigrantes - Ágio	24.439	-	-	(514)	-	-	23.925
Argovias – Ágio	347.218	-	-	(3.374)	-	-	343.844
Ecorodovias Desenvolvimento de Negócios Ltda. ("EDN")	33.374	-	-	-	-	287	33.661
Lucros não realizados	(79.243)	-	-	-	-	(6.498)	(85.741)
	7.259.496	(154.096)	240.723	(3.888)	39	294.440	7.636.714

Notas Explicativas

- 11.2. Os saldos dos ágios de direito de concessão na controladora classificados como “outros investimentos societários” (reclassificados para o intangível no consolidado) são os seguintes:

	<u>31/12/2024</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/03/2025</u>
Direito de concessão – Ecovias Imigrantes	24.439	(514)	23.925
Direito de concessão – Argovias	347.218	(3.374)	343.844
	<u>371.657</u>	<u>(3.888)</u>	<u>367.769</u>

- 11.3. Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

	<u>31/12/2024</u>	<u>Propostos</u>	<u>Recebidos</u>	<u>31/03/2025</u>
Ecovias Sul	141	515	(78)	578
Ecovias Imigrantes	1.947	122.921	(122.390)	2.478
Ecovias Leste Paulista	1.675	6.232	(934)	6.973
Ecovias Ponte	8.554	1.009	(151)	9.412
Ecovias Rio Minas	91.642	16.850	(2.528)	105.964
Holding do Araguaia	4.125	-	1	4.126
Argovias	14.492	-	-	14.492
Ecovias Noroeste Paulista	54.228	6.569	(985)	59.812
	<u>176.804</u>	<u>154.096</u>	<u>(127.065)</u>	<u>203.835</u>

Notas Explicativas

11.4. A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de dezembro de 2024:

	Ativo total	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro/(prejuízo) líquido do período
<u>Controladas diretas</u>					
CECM	10.177	8.468	1.709	-	(160)
Ecovias Sul	491.379	381.738	109.641	166.014	37.558
Ecovias Imigrantes	3.889.986	3.472.342	417.644	455.274	134.845
RDC	16.575	16.614	(39)	-	(510)
Ecovias Leste Paulista	1.851.300	1.361.085	490.215	174.413	21.873
Ecovias 101	1.973.924	652.430	1.321.494	112.485	(12.584)
Ecovias Ponte	752.979	565.696	187.283	51.476	3.003
Ecovias Rio Minas	2.786.234	1.579.396	1.206.838	415.300	91.407
Ecovias Norte Minas	3.378.223	2.775.514	602.709	193.804	(10.650)
Ecovias Cerrado	1.729.794	904.637	825.157	125.924	(1.824)
Ecovias Noroeste Paulista	2.949.377	2.570.743	378.634	357.839	50.962
Ecovias Raposo Castello	2.351.521	2.215.255	136.266	2.547	543
Holding Araguaia	2.392.164	1.668.708	723.456	-	(28.500)
Argovias	1.168.204	14.501	1.153.703	-	4.644
EIL 05	19.597	113	19.484	-	69
EDN	34.489	828	33.661	573	287
<u>Controladas indiretas</u>					
Ecovias Minas Goiás	2.374.946	1.221.540	1.153.406	127.940	4.648
Ecovias Araguaia	5.271.334	3.246.739	2.024.595	148.894	22.979

Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Veículos	Instalações	Benfeitorias	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	25,0	10,0	4,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	12,3	8,3	6,9	-	4,0	15,2	8,2	2,0	0,27	-
CUSTO										
Saldos em 31/12/2024	945.012	136.560	38.006	7.928	9.225	25.889	39.024	9.856	1.459	1.212.959
Adições	26.106	2.343	785	-	-	779	592	-	-	30.605
Baixas	(134)	-	(1)	-	-	(1)	-	-	-	(136)
Transferências	67.649	83	-	-	-	-	-	-	-	67.732
Saldos em 31/03/2025	1.038.633	138.986	38.790	7.928	9.225	26.667	39.616	9.856	1.459	1.311.160
DEPRECIÇÃO										
Saldos em 31/12/2024	(531.455)	(61.007)	(19.561)	-	(4.785)	(16.445)	(15.741)	(7.476)	(1.388)	(657.858)
Adições	(31.627)	(2.867)	(666)	-	(92)	(995)	(802)	(48)	(1)	(37.098)
Baixas	132	-	1	-	-	-	-	-	-	133
Transferências	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Saldos em 31/03/2025	(562.949)	(63.874)	(20.226)	-	(4.877)	(17.440)	(16.543)	(7.524)	(1.389)	(694.822)
RESIDUAL										
Em 31/03/2025	475.684	75.112	18.564	7.928	4.348	9.227	23.073	2.332	70	616.338
Em 31/12/2023	275.756	56.879	14.714	7.878	4.809	4.908	21.972	2.513	75	389.504

Em 31 de março de 2025, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza.

Notas Explicativas

13. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Outros	Direito de uso – CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	12,0		(d)	-
CUSTO						
Saldos em 31/12/2024	24.029.169	2.910.351	266.508	14	486.945	27.692.987
Adições	2.614.663	580.229	12.948	-	32.067	3.239.907
Baixas	-	(33.430)	-	-	(15.323)	(48.753)
Transferências	241.009	(315.864)	7.123	-	-	(67.732)
Saldos em 31/03/2025	26.884.841	3.141.286	286.579	14	503.689	30.816.409
AMORTIZAÇÃO						
Saldos em 31/12/2024	(5.963.568)	-	(158.898)	(14)	(270.113)	(6.392.593)
Adições	(224.619)	-	(8.401)	-	(28.859)	(261.879)
Baixas	-	-	-	-	15.180	15.180
Transferências	-	-	(1)	-	-	(1)
Saldos em 31/03/2025	(6.188.187)	-	(167.300)	(14)	(283.792)	(6.639.293)
RESIDUAL						
Em 31/03/2025	20.696.654	3.141.286	119.279	-	219.897	24.177.116
Em 31/12/2023	18.065.601	2.910.351	107.610	-	216.832	21.300.394

- (a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de março de 2025, as principais adições nesta rubrica referem-se a: pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, consultorias, sinalização e outros, e implantação de infraestrutura e Ônus de Concessão da Ecovias Raposo Castello.
- (b) As taxas médias de amortização em 31 de março de 2025 foram de 3,52% a.a. (3,35% a.a. em 31 de março de 2024).
- (c) As principais adições na rubrica "Intangível em andamento" no período findo em 31 de março de 2025 referem-se as duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de drenos de pavimentos, recuperação de obras de artes especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, reabilitação do pavimento, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios e capitalização de encargos, e custos iniciais da Ecovias Raposo Castello.
- (d) Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamentos. As adições referem-se a novos contratos de locações de equipamentos, veículos, imóveis e *software*.

Notas Explicativas

No período findo em 31 de março de 2025, foram capitalizados R\$99.525 referentes a encargos financeiros (R\$117.910 em 31 de março de 2024) de financiamentos vinculados a intangível em andamento.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

14.1. Tributos diferidos – Consolidado

	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2024	Adições	Baixas	31/03/2025	31/03/2025
Realização do ágio na incorporação - Ecovias Sul /Argovias	14.498	-	(91)	14.407	(91)
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	19.333	2.267	(503)	21.097	1.764
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	342.405	-	16.006	(51)	358.360
Provisão para manutenção	83.026	5.911	(6.910)	82.027	(999)
AVP ônus concessão	21.249	9.639	(12.098)	18.790	(2.459)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	1.632	170	(412)	1.390	(242)
Efeitos Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(25.117)	-	829	(24.288)	829
Juros capitalizados	(212.299)	(19.091)	2.082	(229.308)	(17.009)
Direito reequilíbrio	(21.602)	5.833	(7.243)	(23.012)	(1.410)
Lucro diferido (b)	(7.327)		1.661	85	(5.581)
Outros	1.217	36	(17)	1.236	19
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	217.015	22.432	(24.329)	215.118	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					(1.897)

(a) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal da Companhia e das controladas indiretas/diretas: Ecovias Minas Goiás, Ecovias Norte Minas e EDN. No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia não efetuou o registro de novos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, devido a mudanças na expectativa de recuperabilidade. Porém, mesmo não havendo o registro contábil, fiscalmente o direito ao crédito permanece e não tem data de expiração, conforme determina a legislação brasileira. Em havendo novamente expectativa de recuperabilidade futura, a Companhia procederá com o registro contábil.

(b) Lucro diferido - Ecovias Araguaia, Ecovias Noroeste Paulista, Ecovias Rio Minas e Ecovias Raposo Castello.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, parágrafo 73, a Companhia possui em 31 de março de 2025 R\$357.140 no ativo não circulante e R\$142.022 no passivo não circulante (R\$350.682 no ativo não circulante e R\$133.667 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024) e registrou débito de R\$1.897 de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos no resultado do período.

Notas Explicativas

14.2. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	153.824	260.383	306.332	458.634
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(52.300)	(88.530)	(104.153)	(155.936)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(2.210)	(1.739)
Equivalência patrimonial	87.087	114.076	-	-
Despesas indedutíveis	(31)	(54)	(114)	(147)
Gratificação a diretores	(188)	(760)	(410)	(1.188)
Amortização de ágio	(284)	(767)	(284)	(767)
Provisão multas	-	-	-	(1.656)
Créditos tributários não constituídos (a)	(33.916)	(23.636)	(59.133)	(41.510)
AVP Ônus Concessão	-	-	-	6
Incentivos fiscais (PAT)	(6)	(11)	738	859
Acordo de leniência/Não persecução cível	-	-	(101)	(89)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	-	-
Capitalização Juros s/ Investimentos	-	-	2.949	9.933
Outros	(359)	(318)	235	173
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(162.483)	(192.061)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(160.586)	(170.863)
Impostos diferidos (b)	-	-	(1.897)	(21.198)
Taxa efetiva	n.m.	n.m.	53,0%	41,9%

(a) São compostos pela Companhia e suas controladas CECM, RDC e Ecovias 101 e, em função de não haver expectativa de rentabilidade futura.

(b) Lucro diferido - Ecovias Araguaia, Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Rio Minas.

14.3. Provisão para imposto de renda e contribuição social - Consolidado

	31/03/2025	31/03/2024
Saldo no início do período provisão IR/CS	129.362	157.743
Despesa IR/CS DRE	160.586	170.863
Total de IR/CS pagos	(135.176)	(165.106)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	154.772	163.500

Notas Explicativas

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CONSOLIDADO

Modalidade	31/03/2025	31/12/2024
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	2.352.301	2.351.808
FINISA/FDCO - Caixa Econômica Federal	415.923	415.209
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	104.528	105.072
CCB - FNO	201.541	201.924
Outros	10.556	10.226
	<u>3.084.849</u>	<u>3.084.239</u>
Circulante	162.276	154.266
Não circulante	2.922.573	2.929.973

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/03/2025	31/12/2024
2026	126.608	159.923
2027	172.364	171.259
2028	185.308	184.119
2029	168.552	167.409
2030	161.689	160.548
Posteriores a 2030	2.108.052	2.086.715
	<u>2.922.573</u>	<u>2.929.973</u>

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Saldo no início do período	3.084.239	2.462.598
Adições (custo)	(1.174)	63
Encargos financeiros (Nota 27)	83.866	60.474
Pagamento principal	(29.832)	(24.705)
Pagamento de juros	(52.250)	(42.106)
Saldo no fim do período	<u>3.084.849</u>	<u>2.456.324</u>

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (“*covenants*”). Os referidos índices são medidos semestralmente ou anualmente conforme cada contrato, com base na Demonstrações Financeiras de cada período ou exercício. As controladas da Companhia estão adimplentes com os índices financeiros (“*covenants*”) dos referidos contratos, exceto pelo “ICSD – índice de cobertura do serviço da dívida”, da controlada Ecovias 101, em virtude do registro da provisão para redução da provisão para redução ao valor recuperável. O não cumprimento do referido índice não gera vencimento antecipado da dívida, apenas limita a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório por lei de 25%.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-

Notas Explicativas

estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

As controladas da Companhia estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas descritas acima.

16. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures no período está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Saldo no início do período	5.201.682	4.705.662	16.359.085	14.515.794
Adições (a)	1.046.757	29	4.728.295	1.582.071
Encargos financeiros (Nota 27)	195.096	150.663	665.617	495.831
Pagamento principal	-	-	(1.719.117)	-
Pagamento de juros	(68.243)	(69.888)	(385.176)	(216.629)
Saldo no fim do período	6.375.292	4.786.466	19.648.704	16.377.067
Circulante	441.979	1.252.016	3.374.844	4.575.865
Não Circulante	5.933.313	3.534.450	16.273.860	11.801.202

(a) As adições no período findo em 31 de março de 2025, referem-se a:

Ecovias Rio Minas

Em 27 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração da controlada direta Ecovias Rio Minas, aprovou a 4ª emissão de Debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em 5 (cinco) séries para distribuição pública sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A emissão será composta por 7.320.612 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$7.320.612, remuneradas a: (i) 1ª série IPC-A + 8,3939%; (ii) 2ª, 3ª e 4ª séries IPC-A + 7,65% a.a.; e (iii) 5ª série IPC-A + 10,13%. O prazo de vencimento das debêntures será de 272 meses contados da data de emissão. Os recursos totais captados por meio da Oferta serão destinados: (i) ao reembolso de despesas efetuadas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da Oferta; e (ii) a novos investimentos relacionados à exploração do Projeto, relativos aos trabalhos iniciais, à recuperação, à manutenção, à ampliação de capacidade e às melhorias do Projeto, conforme previsto no Contrato de Concessão celebrado entre a controlada e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A entrada dos recursos da 1ª série, no valor de R\$1.350.000, ocorreu em 20 de fevereiro de 2025. As demais séries serão desembolsadas de acordo com o ciclo de investimentos da Concessionária e estarão sujeitas ao cumprimento das respectivas condições precedentes previstas na escritura da emissão, com data de integralização limite em 31 de dezembro de 2031.

A emissão conta com uma série de “debêntures de transição verde”, no valor de R\$540.000, com base no compromisso da Ecovias Rio Minas em destinar os recursos em investimentos relacionados a critérios de sustentabilidade.

Concessionária Ecovias Raposo Castello

Em 13 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da controlada direta Concessionária Ecovias Raposo-Castelo S.A., aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor total de R\$2.200.000, objeto de oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático, nos termos do ativo 26, inciso X, da Resolução da Comissão de

Notas Explicativas

Valores Mobiliários “CVM” nº 160, de 13 de julho de 2022, da Lei nº 6.385, de 7 de setembro de 1976, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A emissão é composta por 2.200.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$2.200.000, remuneradas a IPC-A + 8,1773% a.a. O prazo de vencimento das debêntures será de 1.489 dias contados da data de emissão. Os recursos totais captados por meio da Oferta foram destinados integralmente ao pagamento da Outorga fixa, condição precedente para assinatura do Contrato de Concessão celebrado entre a Concessionária e a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. A entrada dos recursos, ocorreu em 06 de março de 2025.

Ecovias Imigrantes

Em 14 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da controlada direta Ecovias Imigrantes, aprovou a 7ª emissão de debêntures, simples, não conversível em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A emissão é composta por 1.400.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$1.400.000, remuneradas a CDI + 1,25% a.a.. O prazo de vencimento das debêntures será de 7 anos contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela controlada com a emissão serão destinados ao refinanciamento de dívidas existentes e reforço de caixa da controlada.

Companhia

Em 21 de março de 2025, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a 15ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada.

A emissão é composta por 1.050.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um montante total de R\$1.050.000, remuneradas a CDI + 1,25% a.a.. O prazo de vencimento das debêntures será de 3.228 dias contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela companhia com a emissão foram destinados a reforço de caixa. A entrada dos recursos ocorreu em 31 de março de 2025, e a totalidade das debêntures foi adquirida pela controlada Ecovias Imigrantes.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	31/03/2025			31/12/2024		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2026	696.161	(9.123)	687.038	695.064	(12.409)	682.655
2027	1.160.000	(11.073)	1.148.927	1.160.000	(11.074)	1.148.926
2028	310.000	(10.032)	299.968	310.000	(10.031)	299.969
2029	200.000	(9.319)	190.681	200.000	(9.319)	190.681
2030	200.000	(8.888)	191.112	200.000	(8.888)	191.112
Posteriores a 2030	3.432.388	(16.801)	3.415.587	2.335.044	(16.801)	2.318.243
	5.998.549	(65.236)	5.933.313	4.900.108	(68.522)	4.831.586

Notas Explicativas

	Consolidado					
	31/03/2025			31/12/2024		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2026	877.949	(43.568)	834.381	934.400	(37.709)	896.691
2027	2.152.162	(55.177)	2.096.985	2.132.788	(34.332)	2.098.456
2028	719.245	(49.287)	669.958	680.381	(28.298)	652.083
2029	2.799.354	(38.978)	2.760.376	577.168	(25.575)	551.593
2030	1.083.813	(34.062)	1.049.751	612.186	(23.359)	588.827
Posteriores a 2030	9.046.353	(183.944)	8.862.409	6.637.655	(70.671)	6.566.984
	16.678.876	(405.016)	16.273.860	11.574.578	(219.944)	11.354.634

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (“*covenants*”), podendo ser medidos trimestral ou anualmente. A Companhia e suas controladas estão adimplentes com referidos índices. Abaixo a Companhia demonstra os índices que devem ser medidos trimestralmente:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Companhia	7 ^a	Dívida líquida(*)/Ebitda ajustado	≤3,75	4,05 (**)
Companhia	8 ^a	Dívida líquida(*)/Ebitda ajustado	≤4,75	3,57

(*) A definição de dívida líquida para cálculo dos *covenants*, é definida em cada contrato de dívida.

(**) Descumprimento amparado por *waiver*, aprovado pela Assembleia Geral de Debenturistas em 12 de março de 2025.

Os contratos de debêntures da Companhia e das controladas Ecovias Ponte, Ecovias Norte Minas, Holding do Araguaia, Ecovias Noroeste Paulista, Ecovias Rio Minas, Ecovias Raposo Castello e Ecovias Cerrado, possuem cláusulas restritivas de “*cross default*” que estabelecem a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia, das próprias controladas e de outras controladas relevantes da Companhia. Em 31 de março de 2025, inexistiu evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a cláusulas restritivas da Companhia e das referidas controladas.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

A Companhia e suas controladas estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas descritas acima.

Notas Explicativas

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento:	15.969	17.666	237.772	232.498
Circulante	8.666	9.271	109.939	102.141
Não circulante	7.303	8.395	127.833	130.357

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Saldo inicial do período	17.666	13.874	232.498	182.813
Adições (Nota 13.d)	1.076	928	32.067	26.025
Baixas	-	-	(160)	-
Encargos financeiros (Nota 27)	580	497	6.479	4.539
Pagamento principal	(2.773)	(2.035)	(26.633)	(16.388)
Pagamento de juros	(580)	(497)	(6.479)	(4.539)
Saldo no final do período	15.969	12.767	237.772	192.450

18. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de março de 2025, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

a) Controladora

Notas Explicativas

Objeto	Companhia	Natureza	Data início	Data final	Contrato		Montantes envolvidos					Outras informações		
					Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Receita	Custo Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
a)	Ecovias Sul	Controlada	01/01/2025	31/03/2026	39.344	29.405	3.233	-	Em até 45 dias	9.939	-	-	N/A	Credor
a)	Ecovias Imigrantes	Controlada	01/01/2025	31/03/2026	165.089	123.689	12.997	-	Em até 45 dias	41.400	-	-	N/A	Credor
a)	Ecovias Leste Paulista	Controlada	01/01/2025	31/03/2026	63.774	47.723	5.382	-	Em até 45 dias	16.051	-	-	N/A	Credor
a)	Ecovias 101	Controlada	01/01/2025	31/03/2026	8.791	6.608	737	-	Em até 45 dias	2.184	-	-	N/A	Credor
a)	Ecovias Ponte	Controlada	01/01/2025	31/03/2026	13.169	9.789	1.226	-	Em até 45 dias	3.380	-	-	N/A	Credor
a)	Ecovias Norte Minas	Controlada	01/01/2025	31/03/2026	43.363	32.431	5.907	-	Em até 45 dias	10.931	-	-	N/A	Credor
a)	Ecovias Minas Goiás	Controlada	01/01/2025	31/03/2026	43.556	32.575	4.675	-	Em até 45 dias	10.981	-	-	N/A	Credor
a)	Ecovias Rio Minas	Controlada	01/01/2025	31/03/2026	64.636	48.465	9.906	-	Em até 45 dias	16.170	-	-	N/A	Credor
a)	Ecovias Cerrado.	Controlada	01/01/2025	31/03/2026	35.435	26.487	2.893	-	Em até 45 dias	8.948	-	-	N/A	Credor
a)	Ecovias Noroeste Paulista	Controlada	01/01/2025	31/03/2026	36.946	27.619	2.983	-	Em até 45 dias	9.328	-	-	N/A	Credor
a)	Ecovias Araguaia	Controlada	12/12/2024	31/03/2026	9.007	1.561	6.976	-	Em até 45 dias	7.447	-	-	N/A	Credor
a)	Ecopátio	Outras partes relacionadas	01/01/2025	31/03/2026	177	133	14	-	Em até 45 dias	44	-	-	N/A	Credor
a)	Ecoporto Santos	Outras partes relacionadas	01/01/2025	31/03/2026	209	157	16	-	Em até 45 dias	52	-	-	N/A	Credor
a)	Termares	Outras partes relacionadas	01/01/2025	31/03/2026	105	79	8	-	Em até 45 dias	26	-	-	N/A	Credor
a)	Igli do Brasil	Outras partes relacionadas	01/01/2025	31/03/2026	60	-	5	-	Em até 45 dias	15	-	-	N/A	Credor
a)	Holding do Araguaia	Controlada	01/01/2025	31/03/2026	49	-	12	-	Em até 45 dias	13	-	-	N/A	Credor
b)	Ecovias Imigrantes	Controlada	09/09/2009	28/03/2034	8.578	4.224	-	39	Em até 45 dias	-	116	-	N/A	Devedor
c)	Ecovias Ponte.	Controlada	01/01/2017	31/12/2026	1.379	344	-	-	Em até 45 dias	1	-	-	N/A	Credor
c)	Ecovias Ponte	Controlada	01/01/2017	31/12/2026	1.489	370	-	3	Em até 45 dias	-	2	-	N/A	Devedor
d)	CECM	Controlada	01/12/2021	31/12/2025	12.692	-	-	2.841	31/12/2025	-	94	-	N/A	Devedor
e)	Consórcio NN Engenharia	Outras partes relacionadas	01/06/2022	30/04/2025	3.627	310	-	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
i)	Sinelec Brasil Ltda.	Outras partes relacionadas	08/01/2025	31/12/2029	4.539	3.171	-	-	Em até 45 dias	-	-	1.368	N/A	Devedor
j)	Ecovias Imigrantes	Controlada	-	-	-	-	390	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
j)	Ecovias Sul	Controlada	-	-	-	-	86	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
j)	Ecovias Leste Paulista	Controlada	-	-	-	-	220	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
j)	Ecovias Minas Goiás	Controlada	-	-	-	-	280	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
j)	Ecovias Rio Minas	Controlada	-	-	-	-	313	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
j)	Ecovias Norte Minas	Controlada	-	-	-	-	311	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
j)	Ecopátio	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	1	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
j)	Ecovias 101	Controlada	-	-	-	-	59	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
j)	Ecovias Cerrado	Controlada	-	-	-	-	248	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
j)	Ecovias Araguaia	Controlada	-	-	-	-	70	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
j)	Ecovias Noroeste Paulista	Controlada	-	-	-	-	105	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
j)	Ecoporto Santos	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	3	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
j)	Termares	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	2	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
j)	Ecovias Ponte	Controlada	-	-	-	-	54	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
j)	Ecovias Raposo Castello	Controlada	-	-	-	-	26.317	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
j)	EDN	Controlada	-	-	-	-	-	173	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
j)	EILO4	Controlada	-	-	-	-	103	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
k)	Ecovias Imigrantes	Controlada	-	-	-	-	119	33	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
k)	Ecovias Ponte	Controlada	-	-	-	-	-	26	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
k)	Ecovias Sul	Controlada	-	-	-	-	7	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor/Credor
k)	Ecovias Leste Paulista	Controlada	-	-	-	-	19	18	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor/Credor
k)	Ecovias Rio Minas	Controlada	-	-	-	-	43	18	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor/Credor
k)	Ecovias 101	Controlada	-	-	-	-	3	45	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
k)	Ecovias Araguaia	Controlada	-	-	-	-	-	91	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor/Credor
k)	Ecovias Noroeste Paulista	Controlada	-	-	-	-	43	57	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor/Credor
l)	Ecovias Minas Goiás	Controlada	29/01/2025	29/01/2026	30.000	-	30.568	-	29/01/2026	688	-	-	N/A	Devedor/Credor
Total em 31 de março de 2025							116.330	3.348						
Total em 31 de dezembro de 2024							40.051	3.349						
Total em 31 de março de 2024									104.685	14.495	1.200			

Notas Explicativas

b) Consolidado

Contrato							Montantes envolvidos						Outras informações	
Objeto	Companhia	Natureza	Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Receita	Custo Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
(a)	Ecopátio	Outras partes relacionadas	01/01/2025	31/03/2026	177	133	14	-	Em até 45 dias	44	-	-	N/A	Credor
(a)	Ecoporto Santos	Outras partes relacionadas	01/01/2025	31/03/2026	209	157	16	-	Em até 45 dias	52	-	-	N/A	Credor
(a)	Termares	Outras partes relacionadas	01/01/2025	31/03/2026	105	79	10	-	Em até 45 dias	26	-	-	N/A	Credor
(a)	Igli do Brasil	Outras partes relacionadas	01/01/2025	31/03/2026	60	45	5	-	Em até 45 dias	15	-	-	N/A	Credor
(e)	Consórcio NN Engenharia	Outras partes relacionadas	08/03/2024	30/04/2025	3.627	310	-	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
(f)	CBB TB	Outras partes relacionadas	15/12/2020	01/08/2027	442.887	297.568	-	8.361	Em até 45 dias	-	-	26.296	N/A	Devedor
(g)	ICCR 135	Outras partes relacionadas	10/06/2021	29/10/2025	992.802	41.416	-	5.810	Em até 45 dias	-	-	19.464	N/A	Devedor
(h)	ICCR 153	Outras partes relacionadas	18/10/2021	07/01/2057	5.379.068	4.955.811	-	20.228	Em até 45 dias	-	-	(1.365)	N/A	Devedor
(i)	SINELEC S.p.A	Outras partes relacionadas	08/01/2025	31/12/2029	8.571	6.062	-	-	Em até 45 dias	-	-	209	N/A	Devedor
(i)	SINELEC Brasil Ltda.	Outras partes relacionadas	22/01/2025	31/03/2030	20.012	13.154	-	-	Em até 45 dias	-	-	8.408	N/A	Devedor
(m)	ICCR Rio Minas	Outras partes relacionadas	26/09/2024	08/03/2031	5.298.821	5.253.325	-	20.429	Em até 45 dias	-	-	29.016	N/A	Devedor
(o)	ICCR Noroeste Paulista S.A.	Outras partes relacionadas	01/11/2024	01/11/2029	1.401.862	1.314.171	-	62.278	Em até 45 dias	-	-	117.568	N/A	Devedor
(k)	Termares	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	3	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
Total em 31 de março de 2025							45	117.109		137	-	199.596		
Total em 31 de dezembro de 2024							34	161.996						
Total em 31 de março de 2024										134	724	81.799		

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- a) Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas;
- b) Locação do prédio administrativo;
- c) Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio e locação de fibra óptica;
- d) Mútuo CECM x ECS. Taxa 100% do CDI + 1,80% a.a.;
- e) O Consórcio NN Engenharia é formado pelas partes a (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de assessoria técnica ampla, compreendendo a gestão, revisão e acompanhamento de Novos Projetos e demais estudos de necessidade da Engenharia;
- f) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda., e a TB Transportadora de Betumes Ltda, são controladas direta e indiretamente pelo Senhor Cesar Beltrão de Almeida e pela Senhora Cristiane Maria Bonetto de Almeida (sua cônjuge), pertencentes ao Grupo CR Almeida que em conjunto com Denise Beltrão de Almeida, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indireta do Grupo EcoRodovias. O objeto dos contratos com a CBB e TB é de fornecimento e transporte de material asfáltico para as controladas Ecovias Leste Paulista, Ecovias Minas Goiás e Ecovias Cerrado e Ecovias Noroeste Paulista;
- g) A ICCR135 S.A., pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG, da controlada Ecovias Norte Minas;
- h) A ICCR153 S.A., pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação das rodovias BR-153/414/080/TO-GO, da controlada Ecovias Araguaia;
- i) A Sinelec S.p.A, parte relacionada controlada pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias, presta serviços referente às atividades de investigação e desenvolvimento, para conceber, implementar e montar site para teste de conceito (POC) de sistema *Multilane Freeflow Tolling* (MLFF) das controladas Ecovias Ponte, Ecovias 101, Ecovias Sul, e também presta serviços de desenvolvimento e implantação da plataforma HS-WIM para a Companhia e suas controladas Ecovias Rio Minas, Ecovias Noroeste Paulista e Ecovias Cerrado;

Notas Explicativas

- j) Repasse de despesas entre unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de março de 2025, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades;
- k) Transferência de funcionários entre empresas;
- l) A ICCR Rio Minas S.A., pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR116/RJ, BR116/MG, BR493/RJ, BR465/RJ, da controlada Ecovias Rio Minas.
- m) Contrato de mútuo entre Concessionária Minas Goiás e a mutuaria Ecorodovias Concessões e serviços, controladora indireta, com taxa de 100% do CDI + 1,5% a.a.
- n) A ICCR Noroeste Paulista S.A., pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 15,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural, da controlada direta Ecovias Noroeste Paulista.

Remuneração dos administradores

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025 em R\$10.619 (R\$11.658 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024), contemplando custos adicionais referentes ao rateio do pagamento de remuneração de alguns de seus diretores, os quais poderão ser diretamente pagos pela sua controladora direta, nos termos do contrato de compartilhamento de custos.

19. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

19.1. Outorgas fixas, variáveis, taxas de fiscalização e outras

	31/03/2025	31/12/2024
Parcelas:		
Variáveis	6.763	6.022
Fixas	1.203.468	1.165.392
Verbas/Taxas de fiscalização	5.037	4.989
Outras (Nota 9)	1.551.368	1.511.527
	<u>2.766.636</u>	<u>2.687.930</u>
Circulante	48.046	26.376
Não circulante	2.718.590	2.661.554

Notas Explicativas

A movimentação das obrigações com poder concedente está demonstrada a seguir:

	31/03/2025	31/03/2025
Saldo no início do período	2.687.930	2.317.942
Custo (Nota 26)	26.756	29.558
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (Nota 27)	47.198	32.523
Rendimento de aplicação conta ajuste (líquido IRRF)	44.036	33.470
Retenções tarifa e conta ajuste (ARTESP/ANTT)	27.142	24.650
Reembolso DUF (Ecovias Rio Minas e Ecovias Araguaia)	(5.706)	(4.233)
Reembolso ANTT isenções Viúva Graça (Ecovias Rio Minas)	(25.041)	-
Pagamento do principal	(35.679)	(56.290)
Saldo no fim do período	2.766.636	2.377.620

19.2. Outros compromissos relativos a concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de março de 2025, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	31/03/2025 (até o fim do prazo de concessão)			
	Natureza dos custos			
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecovias Sul	2.718	25.793	24.339	52.850
Ecovias Imigrantes	525.049	741.335	52.272	1.318.656
Ecovias Leste Paulista	39.810	314.360	305.471	659.641
Ecovias 101	948.891	387.763	459.442	1.796.096
Ecovias Ponte	185.941	164.442	112.706	463.089
Ecovias Minas Goiás	166.518	1.225.208	4.787	1.396.513
Ecovias Rio Minas	8.023.511	4.083.169	1.772.594	13.879.274
Ecovias Norte Minas	91.553	702.069	63.183	856.805
Ecovias Cerrado	441.498	1.443.871	28.180	1.913.549
Ecovias Noroeste Paulista	3.488.319	4.618.924	894.784	9.002.027
Ecovias Araguaia	3.838.646	3.376.004	484.467	7.699.117
	17.752.454	17.082.938	4.202.225	39.037.617

19.3. Termo de Autocomposição para a otimização e modernização do Contrato de Concessão – Ecovias 101

Conforme Fatos Relevantes, divulgados em 15 de julho de 2022, 01 de junho de 2023 e 30 de agosto de 2023, a declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, da controlada Ecovias 101 Concessionária de Rodovias S.A., junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, ensejou a celebração, em 30 de agosto de 2023, do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“Contrato de Concessão”), firmado pela Ecovias 101 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“Terceiro Aditivo”).

O Terceiro Aditivo estabeleceu as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação. Sucessivos Termos Aditivos ao Contrato de

Notas Explicativas

Concessão foram firmados para prorrogar a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo. O último deles – Sexto Termo Aditivo – foi celebrado em 17 de dezembro de 2024, para prorrogar a suspensão por mais 180 dias, a partir de 23 de dezembro de 2024. As prorrogações foram necessárias para a conclusão da solução consensual objeto do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso/TCU. Em sessão realizada em 25 de setembro de 2024, o TCU aprovou com condicionantes, por unanimidade, a proposta de Termo de Autocomposição para a otimização e modernização do Contrato de Concessão da BR-101/ES/BA, conforme divulgado no Fato Relevante de 25 de setembro de 2024. A Ecovias 101, juntamente com a ANTT e Ministério apresentaram manifestação demonstrando o atendimento das condicionantes, o que foi reconhecido pelo TCU em 12 de março de 2025, ensejando a celebração do Termo de Autocomposição, firmado em 17 de março de 2025, pela Ecovias 101, União – por intermédio do Ministério dos Transportes –, e ANTT, com interveniência do TCU. Com a aprovação do TCU e a celebração do Termo de Autocomposição, a ANTT aprovou e autorizou a publicação do edital do processo competitivo, por meio de leilão a ser realizado em 26 de junho de 2025. O critério de julgamento da melhor proposta será pelo menor valor da tarifa de pedágio, para alienação de 100% (cem por cento) das ações da Ecovias 101, conforme Fato Relevante de 17 de março de 2025. Após a conclusão do processo competitivo, o Terceiro Aditivo e o Sexto Termo Aditivo serão extintos e será realizado um novo termo aditivo de readequação do Contrato de Concessão com o vencedor do leilão. A Ecovias 101 permanecerá operando o trecho concedido, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA.

Por estarem suspensos os efeitos decorrentes dos aditivos assinados em 30 de agosto de 2023, 26 de fevereiro de 2024, 24 de junho de 2024 e 17 de dezembro de 2024, não há nesse momento nenhum reflexo decorrente do processo de relicitação e autocomposição a ser registrado no balanço e no resultado da controlada e da Companhia. Eventuais efeitos econômicos e financeiros decorrentes da autocomposição serão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, quando do início da vigência do aditivo de readequação do Contrato de Concessão.

20. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

20.1. CECM e RDC

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a CECM, suas sociedades relacionadas, a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e a Companhia, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias alegando nulidade do contrato de concessão e seus aditivos em decorrência de atos investigados na Operação Integração. O pleito deduzido na ação destina-se à reparação de supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção. O MPF apresentou manifestação requerendo a observância do acordo de leniência firmado, sendo contrário ao deferimento de medida cautelar contra as lenientes. A liminar requerida pelo Estado foi indeferida em primeira e segunda instâncias. O processo foi suspenso em julho de 2023 e remetido para o setor de conciliação, antes de dar início à fase de produção de provas.

Em 12 de agosto de 2019, a Companhia, sua controladora EIL e as Concessionárias do Paraná (CEM e RDC), celebraram Acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Integração. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, assim como pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000, sendo que, na visão da Companhia e de suas controladas, as obrigações estabelecidas foram cumpridas, inclusive as obrigações assumidas no Acordo, na cláusula 6ª, itens “l” (implementar um programa de integridade efetivo e robusto) e “m” (sujeitar-se a monitoramento independente) face à entrega, em 31 de março de 2023, do Relatório de Certificação pela Monitora Independente, que ensejou a declaração de cumprimento emitida pelo MPF, em 15 de maio de 2023. As obras eleitas como prioritárias foram concluídas e liberadas ao tráfego, com anuência do DER/PR. Aguarda-se o fechamento conjunto (pelo DER/PR, MPF e Companhia) das medições das obras executadas. Embasada em pareceres jurídico e técnico, a Companhia provisionou R\$10.124 em novembro de 2023 a título de eventual saldo residual para atingir a integralidade dos investimentos previstos no Acordo.

Notas Explicativas

Em agosto de 2020, foi proposta por CECM e RDC a Ação Ordinária – 5040685-63.2020.4.04.7000 – 1VF Curitiba – visando atacar a alteração da metodologia adotada pelo DER/PR na aplicação de autos de infração. Foi deferida liminar favorável às Concessionárias para que o DER/PR não imponha qualquer penalidade, em vista de que houve irrazoável alteração de critério da fiscalização. O processo foi suspenso em julho de 2023 e remetido para o setor de conciliação.

Seguindo esse mesmo contexto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisões em processos administrativos de autotutela em face das Concessionárias em razão do entendimento de que os critérios referentes aos cálculos de depreciação e degrau de pista dupla haviam sido realizados de maneira equivocada. Com isso determinou-se a realização de estudos, pelo DER, de nova base tarifária para restabelecimento da equação contratual. CECM e RDC propuseram ações judiciais para anular tais decisões, ambas com sentenças proferidas favoravelmente à tese das Concessionárias. A AGEPAR interpôs recurso de ambas as sentenças. O processo foi suspenso em julho de 2023 e remetido para o setor de conciliação antes do julgamento dos recursos.

Com base nos mesmos processos administrativos de autotutela perpetrados pela AGEPAR foi apresentada denúncia, pelo Dep. Estadual Soldado Fruet, junto ao TCE, contra CECM e RDC e demais Concessionárias do anel de integração do Paraná. Inicialmente, a liminar foi deferida pelo Relator, que declarou inidoneidade das concessionárias e proibição de contratar com o Estado do Paraná até o julgamento do mérito. A liminar foi atacada por recurso pelas Concessionárias, que foi acolhido pelo Colegiado do TCE (publicada em 08 de novembro de 2022), revogando a decisão. O Conselheiro Relator determinou a intimação das empresas que integram o Grupo Econômico das Concessionárias, em razão do encerramento de vigência dos Contratos de Concessão. Atualmente, o processo no TCE se encontra suspenso por decisão proferida em processo judicial movido por terceira concessionária que também é parte no processo do TCE.

Em março de 2024 a RDC, suas sociedades relacionadas, a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S/A e a Companhia foram citadas na Ação Civil Pública nº 5000198-46.2023.4.04.7000/PR, ajuizada em 05 de janeiro de 2023, pelo Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR), em face também da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, alegando nulidade do contrato de concessão e seus aditivos em decorrência de atos investigados na Operação Integração. O pleito deduzido na ação destina-se à reparação de supostos danos materiais (estimados em R\$ 4.284.248) e morais (estimados em R\$ 500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção. O processo está suspenso por conta da remessa ao setor de conciliação. O prazo de defesa será iniciado posteriormente a essa etapa conciliatória. O processo foi distribuído por dependência à Ação Popular, proposta em face da RDC pelos Deputados Estaduais Arilson Chiorato e Maurício Thadeu de Mello e Silva, Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (processo nº 5056314-43.2021.4.04.7000/PR). Nesta Ação Popular, que também está no setor de conciliação, se pleiteia a condenação por suposto desequilíbrio ao Contrato de Concessão em razão da metodologia adotada em aditivos firmados para revisão do denominado degrau de pista dupla, bem como da depreciação dos investimentos. Baseada no parecer jurídico dos advogados externos, a Companhia classifica a probabilidade de perda de ambas como remota.

20.2. Ecovias Sul

Acórdão nº 2.275/2021 – TCU

Em setembro de 2021, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 2.275/2021, emitido em sede de medida cautelar pelo Tribunal de Contas da União no sentido de suspender o reajuste tarifário promovido pela Deliberação da ANTT nº 277/2021, que aprovou a 17ª Revisão Ordinária e a 14ª Revisão Extraordinária das Tarifas Básicas de Pedágio do Contrato de Concessão. A medida cautelar decorreu de representação apresentada por deputados federais do RS.

A Concessionária e a ANTT recorreram da decisão cautelar e apresentaram suas razões em oitiva para revogar a suspensão da Deliberação ANTT nº 277/2021, na medida em que os efeitos da 17ª Revisão Ordinária e 14ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão decorrem de reajuste tarifário anual, previsto contratualmente.

Notas Explicativas

A referida decisão também afetou o reajuste da tarifa em 2022 (18ª Revisão Ordinária e 15ª Revisão Extraordinária do Contrato), que foi aprovado, com atraso em relação à data-base contratual, em 01 de novembro de 2022, por meio da Deliberação nº 332/2022.

Em que pese ter havido a propositura de nova medida cautelar perante o TCU (TC nº 028.576/2022-5), não houve a suspensão do referido reajuste, que compreendeu os efeitos de 2021 e 2022. Preliminarmente, a área técnica do Tribunal de Contas emitiu avaliação que atesta que a decisão da ANTT respeita as determinações do TCU e, em 13 de dezembro de 2023 foi proferido o Acórdão 2.603/2023, que indeferiu a medida cautelar proposta. O Acórdão 2.275/2021, por sua vez, perdeu o objeto com a resolução do TC 020.982/2019-7 (Acórdão 2.501/2023), inexistindo, neste momento, óbices por parte do TCU para que a ANTT proceda com a aplicação dos reajustes anuais da tarifa.

Assim, em 26 de dezembro de 2023 foi publicada a Deliberação ANTT nº 443/2023, de 21 de dezembro de 2023, que aprovou a 19ª Revisão Ordinária e 16ª Revisão Extraordinária, bem como a 20ª Revisão Ordinária, referente aos reajustes anuais de 2023 e 2024, retomando-se a regularidade regulatória do Contrato de Concessão. Os referidos processos de Revisão Ordinária reequilibraram as perdas de receita decorrentes da suspensão e atrasos na aplicação dos reajustes tarifários anuais de 2021, 2022 e 2023 em suas respectivas datas-bases, acarretando no incremento da tarifa em 28,9% a partir de 01 de janeiro de 2024.

Os deputados federais signatários das representações anteriores ingressaram com nova medida perante o TCU (TC nº 000.055/2024-7), agora com o objetivo de suspender cautelarmente a Deliberação ANTT nº 443/2023. Argumentam que o referido reajuste teria violado as determinações proferidas pelo TCU no âmbito do TC 020.984/2019-7, bem como se insurgem quanto ao teor da Portaria nº 848/2023 do Ministério dos Transportes, que estabelece a política pública e os procedimentos para a readaptação e otimização dos contratos de concessão federal. Em 26 de janeiro de 2024, após instrução técnica que atestou não haver descumprimentos às decisões do TCU, foi proferido despacho pelo Ministro relator com a negativa da medida cautelar requerida. Após instrução técnica da auditoria do TCU recomendando o arquivamento do processo, o TCU, por meio do Acórdão nº 2.187/2024, em 16 de outubro de 2024, confirmou a adequação das tarifas praticadas pela Ecovias Sul no polo rodoviário de Pelotas e determinou à ANTT que, em 90 dias, seja apresentado cronograma da nova licitação ou balizas para eventual otimização do contrato atual. Em 22 de janeiro de 2025, o TCU determinou o arquivamento em definitivo do processo.

O atraso na implementação dos referidos reajustes gerou uma perda de receita, agora reequilibrada em favor da Concessionária, reconhecida contabilmente até a data de 30 de outubro de 2023. Os respectivos montantes reconhecidos foram de R\$ 78.582, em 31 de dezembro de 2022, e R\$51.436, no período encerrado em 30 de outubro de 2023.

20.3. Ecovias 101

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada Ecovias 101 em Serra – ES, no âmbito da “Operação *Infinita Highway*”.

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e teve foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação da rodovia.

A controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio profissional externo para os trabalhos. No relatório de avaliação forense, estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Ecovias 101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Ecovias 101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a controladora e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram, em 31 de dezembro de 2020, passivo da melhor avaliação para realização de valores relativos a penalidades de multas e

Notas Explicativas

descontos tarifários (“Fator D”), sobre um cenário em que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, resultando no valor devido de R\$72.614 (R\$94.578 em 31 de março de 2025).

As investigações realizadas no âmbito da Operação *Infinita Highway* resultaram em 3 (três) desdobramentos para a controlada.

Em 25 de junho de 2022, a controlada tomou conhecimento da Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. A ação tem por finalidade a aplicação de desconto tarifário como meio de ressarcimento das supostas vantagens indevidamente obtidas com a alteração dos relatórios de monitoração entre os anos de 2014 e 2018 e a aplicação de dano moral coletivo, no valor de até R\$10.000. Em 28 de julho de 2022, a controlada apresentou defesa na mencionada ação judicial.

Em 11 de julho de 2024 foi proferida sentença que afastou os pedidos de aplicação de desconto tarifário e de dano moral coletivo. No entanto, determinou a “proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público”, pelo prazo de cinco anos. A sentença foi mantida pelo TRF2 em 05 de fevereiro de 2025. A Concessionária formulou recurso com pedido de esclarecimentos para o TRF2, o qual aguarda julgamento. Caso a decisão seja mantida pelo TRF2, caberão recursos às instâncias superiores.

Em 25 de julho de 2022, a controlada tomou conhecimento dos documentos do Processo TC 030.292/2017-4, em curso perante o Tribunal de Contas, que tramitava em sigilo e foi instaurado para apurar os indícios de irregularidades relacionados com a prestação inadequada de serviço público e a prática de fraudes contratuais, em possível contrariedade à Lei Federal 8.987/1995. Na sequência, em 11 de agosto de 2022, a controlada apresentou manifestação nos autos na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. O prosseguimento do procedimento ficou suspenso em razão da solução consensual objeto do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso e em 12 de fevereiro de 2025 a Unidades de Auditoria Especializada em Rodovias e Aviação (AudRodoviaAviação) apresentou manifestação informando que foi celebrado o Termo de Autocomposição no processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso, recomendando a retirada do sobrestamento do processo e o seu arquivamento. Em 28 de março de 2025, o Ministro Relator proferiu despacho que retirou a suspensão do processo e o remeteu ao AudRodoviaAviação para promover exame complementar ou ratificar o encaminhamento dado, com posterior retorno para decisão.

Em 06 de setembro de 2022, a controlada tomou ciência do Processo Administrativo nº 50500.140675/2022-41, instaurado pela ANTT para obter maiores informações a respeito dos eventos apurados no âmbito do Processo TC 030.292/2017-4. Em 12 de setembro de 2022, a controlada apresentou manifestação nos autos do referido processo, também, na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Houve reuniões entre a Concessionária e a ANTT para exposição dos argumentos da Companhia. Esses entendimentos estão em apreciação pelo TCU no âmbito do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso e permaneceram assim no exercício findo em 31 de março de 2025.

Em razão desses desdobramentos no âmbito do TCU e da ANTT, a controladora solicitou avaliação e emissão de opinião legal de seus assessores a respeito das possíveis consequências e riscos deles decorrentes. A avaliação da controladora e de seus assessores é que referidos procedimentos não inovam ou alteram os potenciais riscos e consequências da Operação *Infinita Highway*, que já foram objeto de análise nos pareceres jurídicos anteriores. A controladora entende que as medidas necessárias para resguardar os seus interesses estão sendo adotadas e que não há informações adicionais a serem divulgadas nestas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**21. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO**

	31/12/2024	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2025
Constituição da provisão para manutenção	2.282.236	27.749	-	-	2.309.985
Efeito do valor presente sobre a constituição	(481.302)	(6.636)	-	-	(487.938)
Realização da manutenção	(1.881.256)	-	(28.552)	-	(1.909.808)
Ajuste a valor presente – realizações	409.703	-	-	6.303	416.006
	<u>329.381</u>	<u>21.113</u>	<u>(28.552)</u>	<u>6.303</u>	<u>328.245</u>
Circulante	129.874				133.316
Não circulante	199.507				194.929

22. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS – CONSOLIDADO

	31/12/2024	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2025
Constituição da provisão para obras futuras (a)	192.588	41.692	-	-
Efeito do valor presente sobre a constituição (a)	(51.380)	(2.730)	-	-
Realização da construção	(109.699)	-	(39)	630
Ajuste a valor presente – realizações	20.951	-	-	17
Atualização monetária	13.234	-	-	810
	<u>65.694</u>	<u>38.962</u>	<u>(39)</u>	<u>1.457</u>
Circulante	248			39.840
Não circulante	65.446			66.234

(a) As adições no período referem-se a controlada Ecovias Sul, descontados a taxa de 10,19% a.a.

23. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS**23.1. Causas prováveis**

	Consolidado				
	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	180	196.695	13.808	2.324	213.007
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(60)	7.072	614	(3)	7.623
(-) Pagamentos/baixas	-	(3.244)	(1.436)	(3)	(4.683)
(+) Atualização monetária	(21)	4.838	360	87	5.264
(-) Reclassificações (a)	-	(131.014)	-	-	(131.014)
Saldos em 31 de março de 2025	<u>99</u>	<u>74.347</u>	<u>13.346</u>	<u>2.405</u>	<u>90.197</u>

(a) A controlada direta Ecovias 101, em cumprimento ao estipulado no Termo de Autocomposição celebrado com a ANTT, União, por intermédio do Ministério dos Transportes e a interveniência do Tribunal de Contas da União (“TCU”), aderiu à Transação Extraordinária para a regularização de débitos com a União instituída pela Lei nº 14.973/2024 e regulamentada pela Portaria Normativa AGU nº 150/2024. Esse mecanismo endereça a resolução dos passivos regulatórios, inscritos em dívida ativa e/ou judicializados, por meio da aplicação de 40% de desconto para o pagamento em 12 parcelas mensais. A transação foi estruturada em duas operações, uma direcionada à resolução dos débitos inscritos em dívida ativa, cujo

Notas Explicativas

parcelamento foi iniciado fevereiro de 2025 e, até o fechamento do trimestre findo em 31 de março, foram quitadas 2 parcelas que totalizam o valor de R\$12.056. A operação secundária, relativa aos passivos judiciais, aguarda a consolidação dos débitos pela AGU para início do pagamento das respectivas parcelas, que seguirá em paralelo. Os valores foram realocados na rubrica “outras contas a pagar” do passivo circulante.

23.2. Causas possíveis

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Ambientais	210	201
Cíveis (a)	1.999.567	1.781.206
Trabalhistas	43.223	40.663
Tributários	312.479	308.670
	<u>2.355.479</u>	<u>2.130.740</u>

- (a) A Alteração no montante refere-se aos processos da controlada indireta Ecovias Rio Minas que se referem aos autos de infração recebidos do Poder Concedente (ANTT), os quais foram classificados como “perda possível” pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social e reservas de capital

Para o período findo em 31 de março de 2025, a Companhia não apresentou movimentações de capital social e reservas de capital.

24.2. Reserva de lucros - orçamento de capital

Em 06 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia, deliberou a distribuição de R\$90.939, à título de dividendos, com a consequente reversão da reserva de lucros de orçamento de capital.

24.3 Participação de acionistas não controladores

A movimentação do período das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas está demonstrado a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Saldo no início do período	263.186	248.274
Participação nos resultados do período	(9.975)	6.190
Saldo no fim do período	<u>253.211</u>	<u>254.464</u>

Notas Explicativas**25. RECEITA LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	-	-	162.569	221.296
Pedágio por equipamento eletrônico	-	-	1.317.615	1.089.455
Vale-pedágio	-	-	192.372	236.062
Outras	-	-	17.545	2.769
	-	-	1.690.101	1.549.582
Receita de construção (a)	-	-	757.270	605.047
Receitas acessórias e de prestação de serviços	137.105	114.253	31.489	28.988
Receita bruta	137.105	114.253	2.478.860	2.183.617
Deduções da receita bruta	(14.323)	(11.684)	(160.709)	(145.501)
Receita líquida	122.782	102.569	2.318.151	2.038.116
<u>Deduções</u>				
COFINS (3% concessionárias e 7,6% controladora)	(9.107)	(7.451)	(60.342)	(54.377)
PIS (0,65% concessionárias e 1,65% controladora)	(1.977)	(1.618)	(13.078)	(11.785)
ISS (2% a 5%)	(3.239)	(2.615)	(86.711)	(78.506)
Abatimentos	-	-	(578)	(833)
	(14.323)	(11.684)	(160.709)	(145.501)

(a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Pessoal	57.936	53.520	114.805	125.809
Conservação e manutenção	7.548	7.696	61.510	74.351
Serviços de terceiros (a)	9.276	5.619	75.209	71.676
Seguros	6	100	8.309	6.159
Poder Concedente (Nota 19)	-	-	26.756	29.558
Provisão para manutenção (Nota 21)	-	-	21.113	25.876
Custo de construção de obras	-	-	757.270	605.047
Depreciações e amortizações (Notas 12 e 13)	12.150	8.201	298.977	208.860
Locação de imóveis, máquinas e equipamentos	854	798	3.585	4.326
Outros custos e despesas	1.663	3.924	35.627	42.987
	89.433	79.858	1.403.161	1.194.649
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	72.969	62.662	1.346.924	1.136.012
Despesas gerais e administrativas	16.464	17.196	56.237	58.637
	89.433	79.858	1.403.161	1.194.649

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

Notas Explicativas

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	26.397	42.939	121.071	118.995
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 10)	12	2	886	697
Receita sobre debêntures privada	-	-	-	-
Juros sobre mútuo	688	-	-	-
Outras receitas financeiras	3.092	1.508	4.800	2.200
	<u>30.189</u>	<u>44.449</u>	<u>126.757</u>	<u>121.892</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures (Nota 16)	(135.516)	(119.203)	(419.966)	(368.049)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	(55.495)	(46.001)
Variação monetária sobre debêntures (Nota 16)	(55.543)	(15.643)	(227.039)	(115.196)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	(28.371)	(14.473)
Variação monetária e AVP - Acordo não persecução cível	-	-	(4.092)	(5.034)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 16)	(4.037)	(1.860)	(18.612)	(12.586)
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (Nota 19)	-	-	(47.198)	(32.523)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção e construção de obras futuras (Notas 21 e 22)	-	-	(7.760)	(7.269)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 23)	(79)	(140)	(5.265)	(5.646)
Atualização monetária outras contas a pagar	-	-	(1.826)	(1.447)
Juros sobre debêntures privada (Nota 16)	-	(13.957)	-	-
Juros capitalizados	-	-	99.525	117.910
Juros sobre mútuo	(94)	(76)	-	-
PIS/COFINS s/ outras receitas financeiras	(4.953)	(3.603)	(6.414)	(6.184)
Juros sobre arrendamentos - CPC 06 (R2) (Nota 17)	(580)	(497)	(6.479)	(4.539)
Outras despesas financeiras	(133)	(408)	(7.259)	(5.937)
	<u>(200.935)</u>	<u>(155.387)</u>	<u>(736.251)</u>	<u>(506.974)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(170.746)</u>	<u>(110.938)</u>	<u>(609.494)</u>	<u>(385.082)</u>

28. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

28.1. Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	153.824	260.383
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	2.109.396	2.109.396
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,07</u>	<u>0,12</u>

28.2. Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações.

Notas Explicativas

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Dívida (a)	6.391.261	5.219.348	24.174.793	20.841.214
Disponibilidades (b)	(1.500.008)	(676.633)	(3.506.031)	(2.537.109)
Dívida líquida	4.891.253	4.542.715	20.668.762	18.304.105
Patrimônio líquido (c)	3.678.151	3.615.266	3.931.362	3.878.452
Índice de endividamento líquido	1,33	1,26	5,26	4,72

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente (Ônus fixo), circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 15, 16, 17 e 19.

(b) As disponibilidades são compostas por caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras – conta reserva, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 5 e 7.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Em 31 de março de 2025, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de março de 2025 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	3.235.022	3.235.022
Clientes (b)	504.254	504.254
Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva (a)	687.723	687.723
Passivos:		
Fornecedores (b)	225.879	225.879
Fornecedores FIDC (b)	12.316	12.316
Empréstimos e financiamentos (c)	3.084.849	2.910.977
Passivo de arrendamentos (d)	237.772	273.015
Debêntures (c)	19.648.704	18.892.702
Obrigações com Poder Concedente (e)	1.203.468	2.569.251
Classificação – Valor justo através do resultado		
<i>Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock (f)</i>	3.976	3.976

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva, se aproximam do valor justo nas datas dos balanços.

(b) O saldo das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” e “FIDC” possuem prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.

(c) Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.

(d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamentos.

Notas Explicativas

- (e) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com poder concedente”, da controlada Ecovias Norte Minas.
- (f) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia e de suas controladas (*Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock*), baseado no valor das ações da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3), registrados na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”.

Gestão de riscos

a) Risco de crédito

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$297.400 (R\$283.584 em 31 de dezembro de 2024), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Clientes”.

b) Risco de liquidez

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	4.611.043	2.246.760	3.683.471	32.186.776
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES	267.544	275.624	275.735	3.209.288
Caixa Econômica Federal – FINISA/FDCO	53.948	53.161	52.368	490.261
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG	12.430	12.430	12.430	133.620
Banco da Amazônia – BASA	32.314	44.981	43.587	479.741
Obrigações com poder concedente	28.750	120.817	126.928	4.525.633
Finame	6.726	6.220	-	-
Passivo de arrendamento	115.206	81.973	44.598	31.238
	<u>5.127.960</u>	<u>2.841.966</u>	<u>4.239.117</u>	<u>41.056.556</u>

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$204.086 (ativo circulante consolidado de R\$4.672.295 e passivo circulante consolidado de R\$4.876.381), principalmente decorrente de dividendos, empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

Análise de sensibilidade

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	407.251	509.064	610.876
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(1.377.519)	(1.545.107)	(1.709.940)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(1.027.691)	(1.070.520)	(1.113.345)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da IPCA	(108.425)	(131.867)	(155.308)
Juros sobre obrigações com poder concedente (b)	Alta da IPCA	(10.818)	(11.120)	(11.423)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(98.047)	(122.559)	(147.071)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(2.215.249)</u>	<u>(2.372.109)</u>	<u>(2.526.211)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	13,90%	17,38%	20,85%
IPCA (b)	4,42%	5,53%	6,63%
TJLP (c)	8,37%	10,46%	12,56%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados – Março de 2025.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

30. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

30.1. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5.

30.2. Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

30.3. Transações que não envolvem caixa

No período findo em 31 de março de 2025 de 2024, a Companhia e suas controladas realizaram as atividades abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Direito de uso – CPC 06 (R2) - Adição	1.076	928	32.067	26.025
Direito de uso – CPC 06 (R2) - Baixa	-	-	(160)	-
Conta reserva – poder concedente	-	-	39.841	53.887
Provisão para construção de obras futuras	-	-	38.962	-

31. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação de todas as controladas da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão das controladas da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas à exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

32. FORNECEDORES – RISCO SACADO

O Grupo EcoRodovias mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura “Risco Sacado” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 31 de março de 2025, o valor consolidado é de R\$0 (R\$2.412 em 31 de dezembro de 2024).

Os pagamentos totais efetuados pelas instituições financeiras aos fornecedores que participam do acordo de financiamento de fornecedor – risco sacado, em 2025, foram de R\$1.916 (em 2024, R\$ 9.532).

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1. Aporte de capital – Holding do Araguaia

Em 10 de abril de 2025, foi deliberado e integralizado o aumento do capital social da controlada direta Holding do Araguaia, no valor de R\$32.000 (trinta e dois milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 32.000.000 (trinta e dois milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

33.2. Aporte de capital – Ecovias 101

Em 08 de abril de 2025, foi deliberado e integralizado o aumento do capital social da controlada direta Ecovias 101, no valor de R\$30.000 (trinta milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 30.000.000 (trinta milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

33.3. 7ª Emissão de Debêntures – Ecovias Sul

Em 29 de abril de 2025, o Conselho de Administração da controlada Ecovias Sul, aprovou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, no valor total de R\$70.000, que será objeto de oferta pública de distribuição das debêntures, sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, (“Lei do Mercado de Capitais”), do artigo 26, inciso X, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O prazo de vencimento final das debêntures será de 10 meses a contar da data de emissão e serão remuneradas pelo CDI + 0,80%.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 20.3 às Informações Trimestrais, que descreve a natureza e as ações tomadas pela administração da Companhia e de sua Controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A, em relação ao inquérito em andamento, bem como chamamos a atenção para a Nota 19.3 que descreve a adesão ao processo de relicitação da concessão da Rodovia BR-101/ES/BA mediante a realização de processo competitivo, por meio de leilão para alienação de 100% (cem por cento) das ações da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., leilão este a ser realizado em 26 de junho de 2025. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025.

São Bernardo do Campo – SP, 08 de maio de 2025.

Hugo Rafael Mitz
Diretor de Controladoria e de Relações com Investidores

Guilherme Braga dos Santos
Diretor de Recursos Humanos

Filippo Chiariello
Diretor de Engenharia

Afrânio Lamy Spolador Junior
Diretor de Tecnologia

Eduardo Augusto Alckmin Jacob
Diretor Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025.

São Bernardo do Campo – SP, 08 de maio de 2025.

Hugo Rafael Mitz
Diretor de Controladoria e de Relações com Investidores

Guilherme Braga dos Santos
Diretor de Recursos Humanos

Filippo Chiariello
Diretor de Engenharia

Afrânio Lamy Spolador Junior
Diretor de Tecnologia

Eduardo Augusto Alckmin Jacob
Diretor Jurídico